

MAURÍCIO WALDMAN

ÁGUAS DOCES DE ANGOLA:

BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA & RELAÇÕES INTERNACIONAIS



SÉRIE PROFESSOR MOURÃO 1



EDITORA KOTEV



Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1934-2017)

PREFÁCIO

Existem dois tipos de pessoas: as que fazem, e as que se explicam (Talmud)

Meu convívio com o Professor Mourão foi longo, produtivo e enriquecedor.

Recordo-me vividamente das aulas ministradas por este grande mestre nas Ciências Sociais da USP, usufruindo com grata fortuna dos conhecimentos deste autêntico gigante intelectual.

Em paralelo, Mourão revelou-se um homem justo e ponderado, afeito à nobreza de causas que num plano geral, eram amplamente ignoradas, quando não desprezadas, pelo conjunto da sociedade.

Foi assim então que fui iniciado na ciência deste continente esplêndido e formidável que é a África, dos seus povos e culturas.

Generoso, o Professor Mourão dispunha-se com o agrilhoamento da informação, mantendo disposição permanente em cientificar seus pupilos com toda sorte de dados que dispunha.

E caso não os tivesse, prestava-se a procurar para novamente retomar um ciclo de trocas que parecia nunca ter fim.

Homem de ação, o Professor Mourão teve papel magnífico nas lutas de libertação dos povos africanos, que conhecia com a sabedoria dos que participam ativamente no que acreditam.

O reconhecimento pelo seu trabalho, digno e incansável, manifestou-se no apreço dos alunos pela sua pessoa, nos inumeráveis convites que a ele eram endereçados para ministrar conferências e também, como posso pessoalmente testemunhar, pelas ligações que recebia do outro lado do Atlântico, atendendo diplomatas, líderes e chefes de Estado africanos.

Nada mais certo que dia mais, dia menos, meu envolvimento com a pessoa do Professor Mourão se desdobrasse num trabalho acadêmico profundo.

Foi assim que numa tarde de 2011, no seu sítio em Cotia, na Grande São Paulo, veio à baila a proposta de que eu desenvolvesse, sob sua supervisão, uma investigação em nível de Pós-Doutorado com foco na África.

Uma vez mais o Professor Mourão colocou em ação seus dotes como preceptor. Assim, de vez que eu não tinha formação em Relações Internacionais (RI), que seria a moldura disciplinar da proposta de Pós-Doutoramento, fui instado a fazer o que meu instrutor definiu como graduação por conta própria em RI.

Foram dezenas de textos e livros que devorei com determinação para que meu trabalho tivesse calço substantivo no tocante ao marco teórico da pesquisa, labor sempre acompanhado com prontidão pelo mestre Mourão.

Seguiram-se dois anos de pesquisas exaustivas, desenvolvidas em paralelo com o aprofundamento de minha participação no **Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP)**, e interação com atores como a revista **Brasil Angola Magazine** (sob direção do igualmente saudoso jornalista Antônio Lúcio), com o **Jornal Cultura** (de Luanda, Angola) e com a **AFRO-CHAMBER**, Câmara de Comércio Afro-Brasileira.

Em 2017, quando do falecimento do Professor Mourão, tomei a decisão de trazer a luz os materiais desenvolvidos durante a investigação de Pós-Doutorado, tanto no tocante ao conteúdo específico do Relatório Final da investigação (Aprovado com distinção pela FAPESP), quanto no tocante ao polpudo acervo de textos resultantes das atividades da pesquisa.

O material que segue é, deste modo, um dos que trazem a marca inconfundível de um orientador singular, sempre querido e lembrado. Como homenagem a este homem incomum, o texto integra a **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO**, sob titularidade da **EDITORA KOTEV**, publicadora digital sediada na capital paulista.

Que a leitura deste e dos demais materiais da **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO** possam evocar, ao menos parcialmente, a contribuição imorredoura do grande intelectual e mestre Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Mesmo porque os que fazem, não se explicam: simplesmente trazem à mostra o resultado do seu trabalho.

Bom proveito da leitura.

MAURÍCIO WALDMAN

ÁGUAS DOCES DE ANGOLA: BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA & RELAÇÕES INTERNACIONAIS ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

O texto que segue registra a consecução teórica referente a uma pesquisa - *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais* - desenvolvida no campo de análise das Relações Internacionais - doravante RI ³.

Sendo esse o lustro, os desafios e prognósticos colocados para Angola no tocante às suas águas doces ⁴ têm laudo estratégico num duplo viés: a concertação regional e as implicações socioambientais relacionadas aos recursos hídricos, conjugação que reclama de imediato apontamentos sobre os marcos conceituais nas quais a proposta de pesquisa foi apoiada.

Qual seja: como as relações internacionais foram pensadas e se aplicaram ao estudo proposto e de que modo se entrosaram com a temática dos recursos hídricos.

Assunto que resvala por uma hermenêutica caprichosa, nessa seção do Relatório a pretensão seria antecipar algumas ponderações com o fito de retomá-las e rediscuti-las com maior abrangência ao longo dos próximos capítulos deste documento, dando margem para que um sumo mais apurado dessas colocações decante de modo mais evidente.

Nessa perspectiva, assevere-se que primordialmente o objeto das RI corresponde a uma especulação que se traduz pela preocupação em definir com a maior precisão possível os limites e as expectativas colocadas pelas relações existentes entre Estados soberanos. Paralelamente, aplicar dispositivos conceituais que resultem em análises integradas, junto às quais, o aparato estatal é um ator privilegiado. Reverberação subsequente, o campo de análise das relações multilaterais descarta postulados pontuais e isolados.

Importaria destacar que enquanto proposta, o projeto original de pesquisa dialogava de forma relativamente enfática com a escola realista das RI. Isso implicava em argumentar e desenvolver um trajeto de análise pressupondo, por exemplo, a centralidade de conceitos como o do sistema de Estados no horizonte analítico,

assim como priorizar variáveis como as da diplomacia e as de índole militar e estratégicas.

Propedeuticamente, poderíamos recorrer à pena do filósofo e comentarista político francês Raymond ARON, para quem tanto a guerra quanto a paz seriam duas estacas fundamentais para analisar as relações internacionais, associadas por este pensador clássico às imagens do diplomata e do militar:

“O diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra. As relações interestatais apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: elas se desenrolam à sombra da guerra; para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre Estados implicam essencialmente na guerra e na paz” (1979: 43).

O realismo, que busca inspiração em Maquiavel e principalmente nos emolumentos de Thomas Hobbes (com seu “estado de natureza”, de guerra de todos contra todos), teve no século XX um período de célere sistematização, substantivando formulações que aparte terem sido secundadas por reavaliações e críticas, manteve forte aceitabilidade. Esse caráter basilar do realismo decorre da sua fruição enquanto modelo explicativo das relações interestatais:

“É possível afirmar que a teoria das relações internacionais se constrói a partir do ‘realismo’ e do diálogo que a escola abre a seus críticos e com os que procuram superá-la. De fato, de Hobbes até os dias de hoje, a escola realista permanece como a referência filosófica básica, no sentido de que seus argumentos, a despeito das variantes particulares, têm consciência histórica, lógica clara e oferecem, para muitos, explicações suficientes para entender a dinâmica da convivência entre os Estados” (FONSECA, 2010: 118).

Conquanto corpo de ideias, o realismo pensa as RI num crivo que prioriza a variável política. Isto é, a segurança das nações e o equilíbrio dependeriam do balanço de poder entre as partes do sistema, premissa que sobreleva o papel funcional do Estado enquanto ator de primeira linha. Nestes termos o Estado nacional passa a ser considerado como o principal e mais legítimo veículo de poder e de interlocução política, mantendo-se enquanto instância capacitada a expressar e defender interesses posicionados no plano internacional.

Porém, o desenvolvimento da pesquisa apontou para situações que contestam, por exemplo, a visão do Estado enquanto ator unitário ⁵. E mais, evidenciando um

reclamo por aportes adicionais, que num interstício mais preciso, contrasta com a *Weltanschauung*⁶ medular do realismo. Enquanto indicativo inicial atente-se que os relacionamentos mantidos pelos países ultrapassam o patamar meramente político. Decididamente, embora as esferas do econômico, do jurídico, cultural, geográfico, linguístico, histórico e do religioso sejam de uma maneira ou de outra, afetadas pelas injunções dominiais da política, não são de forma alguma, ao usufruírem de relativa autonomia, redutíveis *in totum* à política internacional (LACERDA, 2006: 2).

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma pesquisa com as características de *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais* sugere considerações a respeito da expressiva heterogeneidade de recortes, fontes de dados e de informações relacionadas com a investigação.

Fatalmente o temário da pesquisa arregimenta campos temáticos complexos e específicos (Angola, multilateralismo, recursos hídricos, meio ambiente, economia). Imersos nessa vocação, uma vez colocados na jurisdição de uma discussão associada às relações internacionais, a investidura termina por lhes emprestar uma qualificação tanto mais diferenciada, compósita e multifacetada.

Portanto, trata-se de investigação que colecionando particularidades, se dispõe a reclamar agregações conceituais. Assim, seria cabível alinhar eixos que costuram internamente a tecedura de uma pesquisa cujo mandato, incorpora contribuições de várias procedências. Nesse senso, no tocante à articulação do marco teórico e das metodologias, torna-se necessário proceder a aferições básicas relacionadas com a *interdisciplinaridade*, com a *esfera do econômico* e a *questão dos recursos hídricos*, essa última conjuminada com o debate ambiental.

Ponto a ponto: caberia em primeiro lugar ressaltar que o campo de estudos referente às RI é conotado por complexidades, exigindo a articulação de conceitos, métodos e interpretações procedentes de diversas áreas do conhecimento.

Consequentemente, procedimentos com trânsito interdisciplinar se impõem de modo inequívoco, contestando a fragmentação dos campos do saber acadêmico que iniciada no Iluminismo, se acentuou a partir de Augusto Comte e da difusão dos postulados positivistas⁷, todos baseados em restrições blindando os objetos das diferentes disciplinas (ABBAGNANO, 1991: 163-169).

Contudo, não deixa de ser interessante realçar que o século XX observou trajetória num sentido exatamente oposto. Exaltando a interação entre as modalidades do

conhecimento e o compartilhamento dos acervos de diferentes disciplinas, a interdisciplinaridade progrediu a passos largos, um avanço que não ocorreu, tal como é imaginado por alguns, por conta de mero convencimento intelectual.

Na realidade, essa postura se afirmou a partir de fatos muito objetivos, a começar pela própria taxonomia de estudos que não admitem uma circunscrição disciplinar demasiado rígida ⁸. Assim, a construção, tanto histórica quanto cultural, que induziu a particularização extrema dos objetos de estudo, dos temas e métodos, propondo-os como patrimônio de grupos especializados, terminou substituída por procedimentos mais flexíveis, aliás, imprescindíveis para uma investigação com o perfil da que está registrada nesse material.

Note-se também que a metodologia das RI enquanto instrumental teórico numa pesquisa na qual os recursos hídricos ocuparam o centro da questão, deve subentender uma adequação conceitual que dê conta das fortes especificidades inerentes ao tema ⁹.

Isso a começar pelo fato de que as políticas referentes aos recursos hídricos, envolvendo gerenciamento técnico de bacias transfronteiriças consorciadas a sistemas de captação, adução, reservação e distribuição de águas doces que intuem ampla repercussão territorial (para não dizer transregional ou transnacional), substantivam adições ao espaço cingindo inter-relacionamentos complexos, todos dotados de altíssimo componente inercial ¹⁰.

Nesta direção, aprecie-se que qualquer aproximação teórica do continente africano envolve um escopo de pesquisa interdisciplinar. Tome-se por base a explanação:

“O preconceito que ainda hoje se registra em relação à África decorre razoavelmente do fato de que na medida em que a pesquisa relativa à pré-história, à história, à ciência política, à economia e mesmo à antropologia, está ainda por fazer, no sentido das inter-relações, surgem posições a partir de informações incompletas, que de acordo com a autoridade da fonte, se tornam elementos de explicação geral, sem levar em linha de conta os tempos e os espaços africanos; de extrapolação em extrapolação chega-se a uma visão da unidade africana que de fato existe, *mas não a partir das extrapolações sem maior critério*” (Cf. MOURÃO, 1993/1994: 21, *grifos nossos*).

Quanto à economia, no corpo da pesquisa essa a dimensão compreenderia duas variáveis primordiais. Uma dessas refere-se à água, vista não só como *recurso*, mas igualmente como um *valor* ¹¹. A outra, reporta às dinâmicas das RI, que por sua vez,

também sustentam relação simbiótica com o debate dos recursos hídricos e das políticas de cooperação.

Um aspecto fundamental é o atual estágio da globalização, claramente articulado com proposições neoliberais, envolvendo rebatimentos na inserção da água com a esfera do econômico. Não sem razão, os presságios que antecipam “futuro seco” para a Humanidade têm inspirado um copioso corpo de investigações voltado para discutir a problemática do “ouro azul” diante de interesses geopolíticos e das grandes corporações (Vide BRZEZINSKI, 2012 e 2010; BARLOW *et* CLARKE, 2003; VILLIERS, 2002).

Uma vez que a investigação tem como uma das suas sustentações a discussão sobre um recurso obtido do meio natural - a água - concretamente não há como deixar de entender que um foco ambiental está umbilicalmente colocado no seu campo de interesses.

Contudo, a compreensão dos motes da pesquisa requer mais exatamente, que sua perspectiva seja entendida como socioambiental. Isto porque discutiremos o relacionamento dos sistemas sociais com uma substância natural, a água, agora transformada em recurso para as populações humanas (Cf. WALDMAN, 2013c; 2006a).

Antecipando uma diferenciação conceitual a ser aprofundada ao longo desse texto, recordemos que água e recurso hídrico não são sinônimos. Aparte as licenças de cunho editorial que admitem uso indiscriminado dos dois termos aleatoriamente, o líquido enquanto *substância natural* em si mesmo (*água*), não pode ser confundido com a interpolação que a insere num *universo social*, da água enquanto bem útil às atividades humanas ou passível de tal finalidade (*recurso hídrico*).

Por conseguinte, a noção de recurso hídrico não abarca a totalidade das águas presentes na Terra, pois essas não necessariamente apresentam algum tipo de viabilidade econômica ou social, uma particularidade, portanto, que as grava com a investidura da condicionalidade. Nesse último nexos epistemológico, a água passa a ser pensada numa identidade que apreende as antinomias dos grupos, classes e nações nas quais se insere e as dos espaços habitados pelos quais escoar (REBOUÇAS: 2004 e 2002: 1).

Em paralelo, a água constitui insumo fundamental para todos os seres vivos e para o funcionamento da sociedade humana, imprescindível para a continuidade das relações sociais, econômicas e culturais que perpassam pelo tempo e pelo espaço.

Daí encontrarmos declinações desse bem natural *como um direito* na totalidade das formulações éticas, filosóficas e religiosas. O embasamento dessa prescrição não é outro senão o de que a vida inexiste dispensando o provisionamento do líquido (Cf. WALDMAN, 2013c, 2006a; URIBE, 2010 e 2008; BLACK *et* KING, 2009: 19; SELBORNE, 2002).

Daí que conceituações como *estresse hídrico*, bacias transfronteiriças, rios internacionais, disponibilidade física do líquido, hidro-hegemonia, *apartheid hídrico*, acesso social à água, etc. expressam exclusivamente um universo de contradições humanas, que de modo algum podem ser reputadas ao líquido em si mesmo. Neste sentido, existe muito a ser pensado em termos dos impactos das relações internacionais relativamente ao fenômeno da regionalização e das respostas ao avanço do estresse hídrico para a África centro-meridional.

Notadamente em razão de que os paramentos que permitem demarcar a materialidade dessas injunções nos remetem para o *terreno da política*, seja essa a que se especifica na dimensão estatal em seu *stricto sensu*, seja a que se desenvolve mais espontaneamente, na construção e reconstrução cotidiana dos projetos, do imaginário e da identidade de povos, classes e nações.

Entrementes, especialmente pelo temário da água constituir a razão de ser desse projeto, junto ao qual pesam sobremaneira invectivas de âmbito institucional, as relações internacionais enquanto predicado da ação dos Estados nacionais assumem óbvia titularidade numa pesquisa com esse mote.

Consecutivamente, embora as relações multilaterais sejam regidas pelo princípio que as associa umbilicalmente à orquestração dos Estados, devendo, portanto de modo próprio atender aos seus interesses, nada disso se contrapõe ao fato de que o processo multilateral.

Este, ao destacar o primado da cooperação e o *campus* diplomático, admite imaginá-lo como uma extensão modificada dos interesses particulares de cada Estado, regulamentando-os com base numa legitimidade formalmente declarada e universalmente reconhecida, concertação essa atenta e permanentemente afeita à construção de reciprocidades políticas.

No final das contas, *o desejo exige que o poder seja convertido em autoridade, que a competência seja sustentada pela jurisdição e que a posse, seja legitimada pela propriedade* (FONSECA, 2010: 26 e 118-119).

1 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PROBLEMATIZAÇÕES E MARCO TEÓRICO

1.1. Considerandos Iniciais

As profundas mudanças que marcaram a história da Humanidade em nível de planetário ao longo do século XX tornaram a temática das RI alvo de atenção indispensável.

Foi-se de há muito o tempo em que as relações internacionais perfaziam labor monopolizado por diplomatas e militares. Durante décadas, estes dois personagens detinham a delegação dos dois divisores de águas fundamentais da cena internacional: a guerra e a arte da negociação, esta última raramente dissociada da primeira ¹².

Deveras, fato contra o qual não existe argumento, no mundo moderno, o cotidiano se encarregou de revelar poderosas interconexões que atam dos mais diversos modos a totalidade das economias, sociedades e países entre si. Em contrário ao que ofertava sentido à arena internacional de outrora, o mundo que se descortina a partir do século XX, oferece gama muito mais complexa e próxima da vida quotidiana das pessoas.

Em suma: uma reverberação permanente esclarece que a dimensão do internacional deixou de ser um temário nebuloso, estranho ao mundo imediato dos cidadãos. Num mesmo sentido, os países integrantes do espaço mundial passaram a interagir entre si numa fruição inédita na história humana, regidos por flexões diretamente imiscuídas ao cadenciamento que alimenta os dinamismos da sociedade contemporânea.

Contudo, a despeito da importância e da centralidade da pauta proposta pelas RI, as teorias das relações internacionais enfrentam dificuldades de índole diversa. Disciplina nova no campo acadêmico, as RI estão conotadas por falta de unanimidade dos paradigmas de análise, o que se reflete na taxonomia das correntes teóricas, discrepante de um autor para outro, uma prodigalidade que não passa despercebida aos profissionais que transitam na área de Humanidades ¹³.

Note-se que o conceito de *paradigma*, tal como proposto por Thomas Kuhn ¹⁴, é insuficiente para solucionar a questão do mapeamento teórico das relações internacionais. Em parte essa insuficiência decorre da polissemia do termo, aplicado indistintamente num profuso leque de compreensões. Se de um lado o conceito

contribui ao agrupar teorias assemelhadas, de outro, cria dificuldades, à medida que existem muitas divergências quanto aos eixos organizadores das teorizações das relações internacionais. Uma reflexão, aliás, alicerçada na *conceptualidade histórica dos paradigmas*, esteio alicerçador da aceitabilidade dos teoremas enquanto aparelho interpretativo válido ¹⁵.

Outrossim, seria acertado notificar que as abordagens teóricas clássicas, quais sejam as escolas realista e liberal ¹⁶, permanecem largamente influentes, afirmação confirmável nos programas, pesquisas e publicações tradicionais da disciplina.

Analogamente, avaliando os pronunciamentos dos *policy makers* e dos *stakeholders* do meio diplomático, é cristalina a influência de assessores e centros de pesquisa dos países centrais na formulação das políticas externas com suporte teórico no realismo e no liberalismo. Não surpreende então que com exceção das escolas realista e liberal, inexista unanimidade quanto à classificação das demais correntes.

Contudo, com novas aberturas se credenciando ao debate, outros conteúdos foram introduzidos à teorização das RI. Efetivamente, o tempo no qual o realismo e o liberalismo hegemonizavam sem contestação o comando teórico da disciplina deixou de existir. Em grau crescente, as teorias sobre as relações internacionais se particularizaram consoante os valores e anseios das sociedades onde foram engendradas, também assumindo aqui a palavra os rasgos da mentalidade dos grupos e adicionalmente, os ofertados pela subjetividade dos criadores de ideias.

Tornada plural e múltipla, não admira que as RI tenham deixado de engendrar intentos ambiciosos com meta em formular novas sínteses gerais. Ao invés disso, passaram a concentrar-se em trabalhos imersos em realidades conjunturais, reproduzindo seu talante e limitações (NOGUEIRA *et* MESSARI, 2005: 41-42, 232-235 e 237).

Em resumo, evidencia-se forte fragmentação no edifício teórico das RI. Paralelamente às discordâncias que conotam a classificação das correntes teóricas, tem-se o fato de que os conceitos brandidos pelas diferentes escolas de pensamento das RI divergem de modo contumaz, coexistindo com óbices adicionais atinentes à substantivação do exame analítico no contexto de países como o Brasil, do continente africano e das relações Brasil-África.

Em parte, tais constrangimentos filiam-se à genealogia da disciplina. Note-se que no meio acadêmico, os primórdios da disciplina são gravados por claro primor anglo-saxônico. O país com maior tradição nas RI é o Reino Unido, onde a especialidade

tem sido estudada durante praticamente os últimos cem anos. É o que confirma a cronologia: em 1919 foi fundada a primeira cátedra dedicada às RI. Sugerindo elos institucionais, na Inglaterra o trajeto da nova área do saber está calçado pela cooperação entre diversos segmentos universitários e o *Foreign Office*.

Outro polo importante do estudo das RI são os EUA, país onde os estudos estão também prestes a completar seu primeiro centenário. Porém, diferentemente dos ingleses, os norte-americanos trabalharam cientificamente as RI a partir do prisma da Ciência Política. Não é a toa que nos Estados Unidos as RI são designadas como Política Internacional (*International Politics*) e Política Mundial (*World Politics*), ambas denunciando evidente parceria com a Ciência Política (RODRIGUES, 2009: 15-16).

No caso norte-americano, essa modulação induziu uma pauta eminentemente prática. Em concordância com as lides acadêmicas da área dos politicistas estadunidenses, as RI foram trabalhadas de modo a contribuir para com a resolução de questões concretas da diplomacia norte-americana. Ou seja, investiu-se mais no enfrentamento prático dos obstáculos encontrados pelos EUA na sua atuação mundial do que na especulação teórica (Vide GONÇALVES, 2003a: 2; SUANO, 2005: 246 e 253).

Essa primazia dos aspectos funcionais da política internacional explicita um *zeitgeist* imperante no período posterior a I Guerra Mundial. Fundamentalmente porque as RI irrompem no universo intelectual com o intuito de assegurar um estado de segurança coletiva adotado como marco fundante para a manutenção da paz mundial pela antiga Liga das Nações (1919-1946), explicando-se, pois a intervenção premeditada na realidade como estratégia para materializar a consecução desse propósito ¹⁷, aspiração que rapidamente estaria sujeita aos humores de uma recrudescência da volatilidade política internacional ¹⁸.

Quanto ao Brasil, o avanço da disciplina reporta aos meados dos anos 1990, conquistando impulso mais enfático especialmente na última década, fomentado por transformações que induziram revisões no relacionamento do país com o exterior, propiciando novas visões estratégicas de atuação no espaço mundial.

Dentre essas, despontam imbuídas de especial importância as que reconhecem a antiga associação do Brasil com o continente africano através do “Lago do Atlântico”, uma auspiciosa ponte oceânica a unificar e quiçá *unir* economias, culturas e desígnios diplomáticos das duas grandes margens.

1.2. A Problemática Necessária

Nesse recorte, é de se notar que a mudança de rumos esteve acompanhada de crescente percepção quanto a um *papel atlântico* para a política externa brasileira, reforçando os vínculos diplomáticos e econômicos com a África, muito nítido quando consultamos dados da balança de comércio bilateral e outros aportes de interesse.

Em números, as trocas comerciais Brasil-África somaram US\$ 28,533.435 bilhões em 2013, patamar superior em 22,9% a 2012, quando o comércio bilateral atingiu US\$ 26,478.623 bilhões. Relativamente a 2011, quando o fluxo total de comércio somara US\$ 27,660.551 bilhões, o mais alto valor nas trocas Brasil-África até então registradas, o percentual foi 16% maior. Apresentando evolução de 416% entre as partes durante o decênio 2002-2012, o intercâmbio Brasil-África contabilizou 5,92% da carteira de comércio exterior brasileira em 2013 e 5,03 % em 2012, números que contrastam com 3,91%, patamar registrado uma década antes, em 2002 ¹⁹.

A orientação desse comércio bilateral acata vários lineamentos essenciais. Para conhecimento: em 2013 as importações brasileiras se concentraram em produtos primários, com o petróleo ocupando a primeira posição. É o que as tabelas oficiais do intercâmbio Brasil-África permitem avançar. No primeiro semestre de 2013, os hidrocarbonetos (óleos brutos de petróleo, gás natural liquefeito, nafta e derivados), importados principalmente da Nigéria, Argélia, Angola e Guiné Equatorial perfizeram 85,16% das importações brasileiras a partir da África, porcentagem que com leves oscilações, mostrou certa reincidência nos anos anteriores.

Quanto às exportações brasileiras, o país no mesmo lapso de tempo direcionou para a África suprimentos como açúcares, fumo, materiais ferrosos, milho, leite, café, soja, carne bovina, suína, de peru e de frango. Informação que poderia a muitos surpreender, tais *commodities* ²⁰, sobressaindo num elenco de 13 principais produtos da pauta de bens importados pelos africanos, somaram em valor 57,12% dos despachos com timbre verde-amarelo. Adiante-se de igual modo, a generosa fatia correspondente às sacaroses: 35,43% do total ²¹.

Quanto a Angola este quadro repete os principais nexos gerais. As planilhas oficiais esclarecem que em 2012, Angola foi a 5ª origem das importações brasileiras entre os países da África ao sul do Saara, com o petróleo praticamente monopolizando as aquisições brasileiras. Em contrapartida o Brasil encaminhou para o mercado angolano, produtos como açúcar e proteína animal de origem bovina, suína e de aves, itens que totalizaram 41,42% das exportações brasileiras para Angola. Não

seria demasiado rubricar, o país se firmou como o 31º destino das exportações do agronegócio brasileiro em 2012 (MRE-DPCI-DIC, 2013: 18-22; MENDES, 2013: 23).

É de se notar que estas porcentagens contradizem visão relativamente difusa - e errônea - posicionando o Brasil como provedor de maquinofaturados para o mercado consumidor africano. Para suscitar reflexão, tal percepção deve ser contraposta por ordem adicional de comentários.

A saber, dentre os 20 principais artigos exportados nos seis primeiros meses de 2013, as mercadorias eminentemente industrializadas contabilizaram somente 4,68% do total. Esta faceta pode contribuir para aclarar a razão do comércio com a África ser tradicionalmente deficitário para o Brasil, notando-se também movimentos de retração nas vendas brasileiras (para registro: em 2013 comparativamente a 2012, o país exportou 9,2% a menos para as nações africanas).

A estes recortes estatísticos clássicos, voltados para a movimentação de volumes e bens, devemos agregar o panorama relativo ao fornecimento de serviços, campo no qual o Brasil tem ampliado participação no espectro mundial em taxas superiores às médias da economia global.

Em 2013, o Brasil ocupou a 29ª posição na cota mundial de serviços, com operações orçadas em US\$ 38,1 bilhões (MDIC, 2013: 32). Reivindicados crescentemente como insumo para os demais setores da economia, os serviços tornaram-se um ponto chave para a produtividade e reforço dos laços econômicos que atam o espaço global.

No segmento, se impõe inscrever a atuação das empreiteiras brasileiras na África e América Latina, configurada em obras de infraestrutura erguidas nas últimas décadas, performance potencializada em muitos contextos pelo reconhecido *know-how* brasileiro no veio da tropicalidade e na experiência acumulada na superação de obstáculos naturais ²².

Nos países africanos, as empresas brasileiras têm rivalizado, apoiadas pela abertura diplomática na direção da África e em financiamentos governamentais ²³, com empreendedores chineses e indianos, particularmente na exportação de obras de engenharia.

No seu conjunto mais amplo, este influxo de serviços proporcionados pelas empresas brasileiras em África possui notáveis efeitos multiplicadores para o país-sede das companhias, beneficiando as exportações e reforçando parcerias

econômicas. Dados recentes indicam 1.500 empresas brasileiras envolvidas com projetos de exportação de obras de engenharia, fomentando forte repercussão na economia interna brasileira. Uma quantificação corrente revela que para cada um milhão de dólares captados pelo setor de serviços, são gerados 192 empregos diretos e indiretos, grande maioria solicitando qualificação.

Outro cálculo estabelece que para cada US\$ 1 exportado em serviços, são vendidos nos mercados externos US\$ 0,76 em bens que não seriam comercializados na ausência da conta de serviços. São desdobramentos como estes que justificam o bordão de que os serviços constituem um produto invisível a movimentar uma economia cada vez mais visível (CASTRO, 2012; GARRIDO, 2007; ODEBRECHT, 2001).

Complementando, aos ativos proporcionados pela balança comercial se agregam condicionamentos extraeconômicos, que não raro escapam da visão dos analistas. Exemplificando, levantamentos especializados creditam que o volume do intercâmbio Brasil-África pode aumentar significativamente, inclusive por meios espontâneos como a veiculação da produção cultural brasileira nos países africanos, principalmente nos situados ao Sul do Saara. Nesta perspectiva, sinal da divulgação da imagem do Brasil na África são os voos para o Rio de Janeiro ou São Paulo, “reservados com meses de antecedência, com turistas angolanos visitando o Brasil e ávidos por comprar produtos brasileiros” (IPEA-WB, 2012: 97).

Deste modo, na somatória destas indicações torna-se clara uma tendência de que o mercado africano absorva fração cada vez maior do esforço exportador, contribuindo, por conseguinte, para enfatizar a aproximação do Brasil com os países do continente.

Enquanto tal, esses enlaces econômicos ocorrem num momento no qual as potencialidades do comércio bilateral com a África coincidem com a perda do *élan* de outrora por parte dos mercados tradicionais (Estados Unidos, Europa e Japão), basicamente em razão de um múltiplo arrazoado de obstáculos ²⁴, que reforçam decisivamente uma orientação em favor do incremento das transações comerciais com o continente africano (Cf. AFRO-CHAMBER, 2013: 3; SARAIVA, 2012; FERNANDES JR, 2006; SANTANA, 2003: 531 *et seq*).

Esse argumento é um dos que explicitam candentes busílis das teorizações brasileiras em RI, corporificados no predomínio na teorização acadêmica sobre as relações internacionais, de pontos de vista que ignoram as posições e as demandas dos países não-hegemônicos. Nomeadamente, se impõe a realidade de uma

esmagadora produção acadêmica com forte sotaque anglo-saxão, factível pela fração considerável de conhecimento nas RI gerada nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

Portanto, coloca-se na ordem do dia uma tecedura conceitual cujo acento, adote uma linha de interpretação das relações internacionais propugnando dispositivos teóricos a partir de polaridades políticas que diferem das que vigoram nos países centrais da ordem global (PENHA, 2011; RODRIGUES, 2009; NOGUEIRA *et* MESSARI, 2005; GONÇALVES, 2003a).

Todavia, afora as diferentes posições que marcam o cenário político nacional (impactando evidentemente a confecção da agenda diplomática brasileira) as oscilações do desempenho econômico (inferência que exerce papel decisivo na orientação assumida pela política externa), constituem nexos a suplementar variegado leque de interrogações, compondo um *vade-mécum* com nota predominante em dissensos e contraposições.

A essas inflexões somam-se problemáticas relacionadas com a complexidade que peculiariza as relações internacionais. O que se percebe a partir da pluralidade intrínseca ao espaço internacional contemporâneo é uma intrincada gama de fatores, consubstanciando interações e crispações que oferecem dificuldade para serem decriptadas a partir de metodologias cuja incompletude, as incapacita a este exercício.

Não seria demasiado certificar que as dificuldades de análise assumem coloração mais acesa quando o objeto de estudo está centrado no continente africano. Assoberbadamente, a África incorpora multitude de nuances próprias, tanto na economia, na cultura, na sociedade e na política, o que na mesma medida se reflete no campo das relações internacionais. O que estão colocadas são singularidades indissociáveis do corpo maior da história africana e, mormente, do relacionamento mantido com o mundo ocidental.

Nesta derivação, certo é que a globalização constitui referência central por traduzir tendências centrípetas que modelam uma unificação cujo epítome é o espaço mundial. Entretanto, esse mesmo movimento não descarta impulsos centrífugos, que expressam antíteses inerentes a ritmos sistêmicos cuja materialidade anima processos claramente dessimétricos. Expressão de um mundo construído sob a resoluta determinação de unificar - *mas não de unir* - seu resultado tangível é uma integração desigual de povos, grupos e países, tendência essa que não tem dados azos de arrefecimento (BARBOSA, 2006; SANTOS, 1998: 35 e 1988).

Complementando, esse arrazoado está na raiz de disrupções passíveis de respaldar novo ciclo de turbulências na África, que apresentando respostas múltiplas, aguardariam não só um labor investigativo, mas em igual medida, atenção quanto à efetividade das estratégias estabelecidas no plano continental, o que inclui desde as políticas internas perfilhadas pelos países africanos concernentes às instituições multilaterais e as linhas de conduta que regem as economias africanas (Cf. ROBERT, 2012; FERREIRA, 2005; DÖPCKE, 2002a e 2002b).

No que apetece à vivência política continental africana, essa explanação requer que introdutoriamente seja rascunhado primeiro croqui destacando junto à cartografia política de África, um elenco de países que por seu empreendedorismo político-diplomático, participariam numa seleta coleção de potências regionais. Considere-se que conceitualmente a noção de potência (decorrente do latim *potentia*), imiscui-se diretamente ao debate da concertação política internacional.

Nesse ângulo, trata-se de terminologia contingente e variável, compósita e relativa, temporal e espacialmente circunscrita. Numa abordagem clássica, enquanto “polo de poder”, potência define num sentido amplo a capacidade de um ator conduzir e/ou induzir a ação de atores operantes no teatro internacional, estatuinto as regras do jogo ou pelo mínimo fazendo frente a sua execução por parte de terceiros, que para tanto, demanda por um leque diversificado de trunfos (Cf. BARRETTO, 2010: 401-405; DEVIN, 2009: 49-59).

Também teria aqui assento a conhecida proferição do cientista político norte-americano Joseph Nye a diferenciar *hard power* e *soft power*. Expondo caminhos diferentes materializados nas relações internacionais, o *hard power* refere-se à capacidade de um Estado impor sua vontade fazendo uso de medidas de força, da ameaça e da intimidação militar, enquanto que o *soft power* primaria pelo poder de convencimento (*passim* NYE, 2004. Ver também PECEQUILO, 2012: 58).

Nessa ordem de colocações, seria oportuno coligir uma etimologia de uso mais recente: a referente aos *Estados-Diretores*. Grosso modo, um Estado-Diretor seria definido por uma ampla equação institucional, envolvendo fatores como capacidade de um Estado soberano influenciar de uma forma organizacional, política, ideológica, econômica, militarmente e tecnologicamente e/ou pela conjugação parcial de todos estes valores, um dado espectro geográfico, com a qual estruturalmente interage.

Tem-se pela frente um grupo formado por países com visíveis tendências de auto-projeção e protagonismo no campo diplomático, regional, continental e/ou global. Analiticamente, os poderes regionais contribuem para definir a estrutura e as

polaridades de todo e qualquer complexo político-econômico e de segurança regional, circunscrevendo atuação concreta no espaço global (*apud* ALMEIDA, 2011: 22 e 24; NOLTE, 2010).

Em África, à guisa de detalhamento, a República da África do Sul (RSA), desponta como a primeira grande potência continental autóctone. A jornalista francesa Anne-Cécile Robert traça um quadro no qual a RSA, tiraria vantagem do que a autora classifica como “inconsistência institucional” da circunvizinhança geográfica do Estado sul-africano (na qual pespontariam países como Moçambique, Suazilândia e Lesotho), programando políticas com a pretensão de transformar *le voisinage* em mercados cativos, borrando as barreiras fronteiriças apoiada numa economia poderosa, com forte assombro imperial ²⁵. Atualmente, o raio de influência da RSA incluiria toda a África Meridional satelizando Shaba (Província do sudeste do Zaire), assim como os países e arquipélagos dos mares do Índico (ROBERT, 2012: 14; SILVA, 2008: 143).

Contudo, trata-se de uma proeminência que tende a ser revista em função da consolidação de outros Estados-Diretores. Nessa perspectiva estão cotados (à parte eventuais discordâncias), casos paradigmáticos de países engastados em áreas geoculturais do continente, espaços nos quais pontificam enquanto polo político, cultural e/ou econômico.

Uma lista largamente consensual indicaria o Marrocos e a Argélia no *Magreb* ²⁶; o Egito no *Machrek* ²⁷; Senegal, no poente da África Ocidental ²⁸; Nigéria, no Golfo da Guiné; Quênia, Uganda e talvez Ruanda, na África centro-oriental; Etiópia, no Corno (Chifre ou Nordeste) Africano; Finalmente, no que interessa diretamente à discussão a ser entabulada nesse texto, Angola, no plexo centro-meridional do continente (*apud* ALMEIDA, 2011: 22 e 24; BONIFACE *et alli*, 2009: 117; BADI, 1992: 85), países que tendencialmente mostram certa resiliência no protagonismo político continental

²⁹

Com base nesse pano de fundo, pontuariamos averbações problematizando as variáveis que perpassam pela pesquisa *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Dizendo respeito a Angola, uma possível “potência emergente” estrategicamente posicionada na charneira das Áfricas Central e Meridional, o país insere-se na escala regional numa equação que estipula debates sobre o compartilhamento dos recursos hídricos do entorno centro-meridional africano, avocando um conjunto de problemáticas cujo questionamento, contribui para a identificação de lacunas

presentes no campo teórico-conceitual, advogando linhas diferenciadas de discussão (WALDMAN, 2012a).

Nessa linha de compreensão, teríamos cinco vertentes de reparos e problematizações a serem tecidas, conforme abaixo elencado:

- Cartografar as incompletudes de teorização e indagações de fundo dirigidas às RI. Quanto ao continente africano, aquilatar o corpo de injunções políticas que participam na construção das relações interestatais e nos mecanismos de cooperação regional;
- Discriminar detalhamentos políticos e geotécnicos da questão dos recursos hídricos ³⁰ e as suas interfaces quanto às RI, no cenário africano mais amplo e na África Austral em particular;
- Delinear os contornos assumidos pelo temário socioambiental no contexto de África e de Angola, assim como a concatenação deste com a economia e a política, particularmente a do plano regional;
- Mapear a interação do campo das relações econômicas com a realidade angolana, o espaço regional e o ambiente internacional, tanto em nível macroeconômico quanto no das relações multilaterais;
- Percepcionar os rumos da vida diplomática da República de Angola alusivas ao debate da apropriação dos recursos hídricos na África Austral e a interpolação desta questão junto às relações multilaterais do espaço centro-meridional do continente.

1.3. Adendos ao Marco Teórico

Isso posto, iniciemos um diálogo problematizador assumindo o marco teórico em seu *stricto sensu*. Ou seja: acercando-nos do que transpareceriam como limitações do corpo teórico das RI. Neste sentido, uma notação inicial estaria dirigida quanto a conclusões que malgrado o ineditismo de uma disciplina que está por completar um século de existência, não podem recorrer à juventude da especialidade na tentativa de justificar restrições apontadas para as RI.

Assim sendo, temos em primeiríssimo lugar que as relações internacionais foram intrínsecas às especulações de autores do porte de Tucídides, Sun Tzu, Nicolau Maquiavel, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes, Immanuel Kant e Max Weber. A

esses nomes, vários outros poderiam ser evocados como próceres das RI. Destarte seja cabível advertir quanto à cautela em não introjetar no passado conteúdos pertinentes aos tempos que lhe sucederam, não há como subentender o internacional enquanto um fato exclusivamente contemporâneo.

Exemplificando, no alvorecer do período histórico, a complementaridade do intercâmbio e a necessidade de suprir diferentes grupos com bens de grande procura, consolidou extensas rotas de comércio, habilitadas a sufragar trocas seguras a longa distância, possibilitando assim diversos tipos de contatos entre populações dispersas por imensas porções do ecúmeno, reforçando a concertação entre diferentes amarraduras socioespaciais ³¹.

Ainda na antiguidade, ao lustro comercial pacífico o internacional também se fez presente nos sensos e dissensos entre as grandes potências do mundo tradicional. Prova disso seria o paradigmático tratado de paz firmado entre o Estado Hitita e o Egito Faraônico, o primeiro entre dois grandes impérios territoriais, firmado na Síria em 1274 a.C.

Contudo, é com a reconfiguração do mapa político da Europa decorrente da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), referendado a partir de diversas tratativas com marco na Paz de Westphalia (1648), que noções atualmente inseparáveis dos estudos de RI, tais como soberania estatal e o Estado-Nação, firmaram-se definitivamente no plano intelectual, político e diplomático ³².

Historicamente, a Paz de Westphalia intercala inúmeros tratados no teatro político europeu, concertados *post* 1648. Tendo por epicentro o Sacro Império Romano Germânico (S.I.R.G.), na conflagração confluíram tensões entre poderes católicos e protestantes, entre representantes dos Estados territoriais e os príncipes, entre as cidades imperiais e o imperador, entre os Habsburgo e a dinastia francesa. No frígir destes embates, uma das consequências mais impactantes foi o desmantelamento da proposição da monarquia universal católica (Vide PECEQUILO, 2012: 43-46).

Nessa declinação, a aliança pragmática da França com potências protestantes menores alterou para sempre o panorama europeu, revolucionando a percepção política dos soberanos. O Estado moderno termina impondo-se à antiga ordem feudal. Conferido do monopólio de força sobre uma dada extensão territorial e à população que o habita, este tipo de organização estatal vincula-se à imposição de códigos culturais endossados pela ação unificadora do Estado.

Como exemplo, teríamos a adoção de línguas e de culturas nacionais, ambas mergulhadas em mitologias de fundo nacionalista, geralmente apelando para ícones históricos do passado, construções idealizadas que pavimentaram o tritramento e posteriormente o amálgama de grupos de diferentes origens, diluídos em novas nacionalidades que dantes, em muitos casos eram pura e simplesmente inexistentes (Cf. WALDMAN, 2008, 2006a, 2006b, 2003 e 1997).

Em igual medida historicamente referendada pela normatização do meio circulante e consolidação de códigos legais unificados vigorando por todo o território sob a jurisdição do Estado-Nação, essa fórmula contemporânea estatal está na origem da soberania nacional, que encontra legitimidade na eleição dos governantes e na limitação do poder executivo por representantes também eleitos. Ocorre, pois uma despersonalização do poder, sendo sua antiga conotação divina esvaziada em nome da defesa da representatividade e da participação, exaltadas em nome da totalidade maior que é o Estado-Nação (Vide MAGNOLI, 2004: 18-23).

Resumidamente, impõe-se a súmula *supra potestas superiorem non recognoscens*: poder supremo que não reconhece outro acima de si. A partir dessa definição, independentemente das características físicas, sociais, culturais, econômicas ou políticas, todos os Estados são juridicamente entendidos como soberanos (Vide PECEQUILO, 2012: 46).

Com esse primado em destaque no horizonte da política internacional, “o aspecto mais significativo do cenário das grandes potências depois de 1660 foi o amadurecimento de um sistema realmente multipolar de Estados europeus, cada qual com a tendência cada vez mais acentuada de tomar decisões sobre a guerra e a paz à base dos ‘interesses nacionais’, e não por motivos transnacionais, religiosos” (KENNEDY, 1989: 79).

Logo, o que se tem é o triunfo de uma *Raison d’État*³³ representativa dos interesses temporais, iniciando-se, pois a era dos Estados secularizados. Esse foi o ponto de partida para o surgimento de um sistema europeu de Estados, consolidado em termos da sua operacionalidade no Congresso de Viena (1815) e pelo Tratado de Versalhes (1919). Tais desdobramentos, inéditos na história europeia, sintetizaram um campo de especulações que de modo algum foi ignorado pelos pensadores do *interregno* dos séculos XVII-XX (MAGNOLI, 2004: 35-40).

Não fosse suficiente, além da área do direito, esse exercício foi familiar a saberes como a geopolítica, que desde o final do século XIX encetou tentativas de explicação do poder no campo do espaço internacional. Reconhecidamente, a geopolítica, ao

pretender a compreensão da ótica do poder e do espaço no que alude ao relacionamento entre os Estados, terminou ungida de estatuto opinativo nas relações interestatais.

Por essa via, passou a transitar folgadoamente por muitas das análises das RI. Assevere-se que a geopolítica (de igual modo a muitos segmentos das teorias em RI), emerge do caldo de cultura das preocupações estratégicas do Estado, com ele mantendo relação simbiótica, particularmente no que tange à legitimação da sua articulação política com o espaço (Vide SUANO, 2005; Ver também MELLO, 1999 e MAULL, 1959).

Neste eixo, caberia assinalar, com base numa arraigada convicção da escola realista, a pertinência da leitura proposta por Raymond ARON (1979), que identifica na história das relações internacionais duas configurações ideal-típicas. Uma dessas estaria corporificada no término do período napoleônico, tendo por marco o Congresso de Viena (1815), desvelando um panorama onde diversos Estados mais poderosos disputavam hegemonia no espaço internacional da época (Reino Unido, Rússia, França, Áustria e França). Portanto um campo de *forças multipolar*.

A outra configuração nasce do final da II Grande Guerra, quando a União Soviética (URSS) e os Estados Unidos (EUA) prontificam-se como Estados-líderes de duas coalizões posicionadas em antípodas ideologicamente antagônicas nos planos político, econômico e cultural ³⁴.

A essa distribuição de forças convencionou-se definir como *bipolar*, que assim permanece até a desintegração da URSS (1991). Deste modo, a partir dos anos 1990, consolida-se um ambiente no qual em paralelo ao enorme poderio norte-americano ³⁵, o jogo político internacional passa a agregar maior complexidade, incluindo muitos outros atores com capacidade de intervenção no plano mundial (Cf. LOHBAUER, 2008: 141-156 e 203-221).

Entretanto, embora a reflexão a respeito do equilíbrio de poder e sobre os fenômenos da guerra e da paz tenham se tornados de indiscutível relevância para as análises das RI, enquanto marco os enunciados relacionados com questões internacionais apenas ultrapassam o patamar do direito internacional com a Primeira Guerra Mundial.

Nesse sentido, o internacional como eixo cognitivo aufere significações e implicações bem diversas das que deambularam pelo pensamento tradicional europeu entre os

séculos XVIII e XIX. A Primeira Guerra Mundial, em virtude de sua abrangência e sequelas profundas no tempo e no espaço, serviu cabalmente

“Para mostrar que essas abordagens estavam inteiramente superadas, uma vez que já não eram mais capazes de produzir respostas satisfatórias. Para dar conta dos novos problemas internacionais, suscitados pela expansão da rede de trocas e de fluxos de capitais da economia internacional, bem como pelo surgimento de novas potências fora do perímetro europeu, com ambições de virem a desempenhar papel de destaque no cenário internacional, fazia-se então, necessária a criação de uma nova disciplina, a qual deveria, por assim dizer, exprimir em sua abordagem, a amplitude que passará a caracterizar a nova realidade das relações internacionais” (GONÇALVES, 2003a: 14).

Porém, as RI emergem no campo de debates científicos saturadas de problemas terminológicos, a começar pela onomástica da própria disciplina. Ora, como bem observado pelo teórico francês Marcel Merle, as RI padecem do fato de designar simultaneamente um objeto estudado e a ciência que o estuda. Para sintetizar: a disciplina Relações Internacionais investiga as... *relações internacionais*.

Essa indiferenciação entre objeto estudado e o nome da disciplina que o estuda, implica numa sobreposição que acarreta confusão no público leigo, não iniciado nem na linguagem, nem no histórico da especialidade, principalmente quando existe demanda por informações da área de RI. De resto, essa ambivalência enseja dúvidas respeitantes ao estatuto da disciplina, que por não guardar distanciamento do seu foco, tendencialmente compromete sua objetividade (Vide RODRIGUES, 2009: 16; SUANO, 2009: 246; MERLE, 1981).

Entrementes, a polêmica não se restringe à identidade terminológica que acopla o objeto de estudo à ciência voltada para estudá-lo. Decididamente o termo “relações internacionais” agrega significados que além de não serem consensuais, pulsionam confusões conceituais. Iniciemos pelo vocábulo relação.

Numa asserção etimológica, “relação” identifica modos de comportamento representativos de interações que para ultrapassarem um contexto tangencial, reclamam certa constância, condição satisfeita por um estado de coisas, expressão traduzida no domínio filosófico para *sachverhalt* (alemão) e *state of affairs* (inglês), combinação que subsidia uma trama circunscrita de proposições (ABBAGNANO, 2010: 410 e 904-906).

Por essa via, as incertezas se instalam quando a investigação dos processos de interação busca justamente identificar os protagonistas das relações internacionais. Nesta visada, as dúvidas recaem sobre a palavra *internacional*. Conquistando foro intelectual em 1789 na obra *Introdução aos princípios de moral e legislação*, do jurista e filósofo inglês Jeremias Bentham, devemos reter que a intenção original sinalizava para avaliar *as relações entre Estados*, substituindo a expressão direito das gentes (*law of nations*), usual no século XVII.

Assim, *international law*, traduzida pelo suíço Étienne Dumont como *droit international*, passa a transitar com desenvoltura no jargão especializado, encontrando guarida em grande parte dos doutrinadores e programas institucionais da academia (BARRETTO, 2010: 151).

Outrossim, a tradução gerou novo leque de ambiguidades. Acontece que *nation* em francês tem raiz em *naissance* (nascimento), ao passo que na língua inglesa é resguardada a polissemia com nação, país e Estado. Dito de outro modo: constata-se um problema de identificação de quais seriam as partes que se relacionam no escopo das interações que se processam no campo internacional. Ou bem se entende nacional como reportando ao conceito de nação ³⁶, ou então (tal como configurava a pretensão de Bentham), ajusta-se seu significado noutra moldura conceitual, igualando-o ao *Estado* (SUANO, 2005: 256).

Nesse caminho teórico, ganharia legitimidade a acepção que define o objeto das RI a partir das *relações interestatais* (*interstate relations*), o que na dependência da orientação teórica, eventualmente imprimiria maior solidez ao campo de análise. Seria o caso de registrar que no debate teórico das RI, a determinação da escola realista absolutizar o papel do Estado calçou inclusive o prestígio da expressão “relações interestatais”, proposta primeiramente pelo teórico realista clássico Nicholas Spykman e em voga ainda nos dias de hoje (Cf. DEVIN, 2009: 23).

Porém, nem essa definição e tampouco a ênfase em si no papel do Estado esgotam as dificuldades de conceituação. Uma crítica detentora de precedência é que sinaliza para disrupções analíticas resultantes de delimitações excessivamente ciosas em diferenciar as fronteiras entre o que seria doméstico e internacional (RODRIGUES, 2009: 31).

Em especial nas últimas décadas, observa-se uma intensificação das conexões entre as iniciativas estatais no plano internacional e as que se desenrolam no plano interno das sociedades em interação com os aparelhos de Estado que as circunscrevem. Tal configuração seria em princípio refratária à conceituações cujo *modus ponens*

tradicionalmente postulam uma impermeabilidade na polaridade externo/interno, abrindo, pois veredas para novas formas de avaliação. A autonomia do internacional seria desse modo questionável por ser difusa:

“Torna-se cada vez mais difícil distinguir entre um espaço e outro à medida que as interconexões se multiplicam e atravessam as fronteiras dos Estados nacionais. Os diferentes atores podem estar atuando simultaneamente dentro e fora dos países, gerando processos transnacionais difíceis de classificar de acordo com a divisão interno/externo” (NOGUEIRA *et* MESSARI, 2005: 85).

Certifique-se igualmente que o próprio conceito de *Estado* transpira atributos investidos por uma orientação histórica que no limite, circunscreve-o a uma institucionalidade política organicamente entrelaçada com a história europeia e ocidental. Qual seja: a interpretação incita inconvenientes conceituais manifestos ao sugerir que as relações internacionais, por sua relação simbiótica com a Modernidade, elegem a esfera estatal como pressuposto *a priori* das RI.

Mais: independentemente de assim considerarmos, é imprescindível rubricar o quanto a discussão relativa ao Estado Moderno permanece objeto de acesos debates acadêmicos. Além do entendimento de que o Estado Moderno, em razão de sua especificidade, não compartilha premissas análogas com as formações estatais extra-ocidentais, sua vocação como ator de importância na política internacional, os interesses que soldam a arquitetura, a fisionomia e a personalidade política dos Estados, tornam pertinentes os enfoques preocupados com a sua natureza.

Conforme observado pelo cientista político alemão Joachim HIRSCH, enquanto elo de um jogo de poder global, a compreensão do Estado intui contraposições políticas conotadas por relações contraditórias que se articulam ao vai e vem da política internacional (2010: 197-240).

Entendendo-se que em si mesmos os marcos apontados provocam embaraços para uma fundamentação teórica, o problema ganha nitidez quando pautamos que a definição de Estado enquanto eixo do estudo das RI de inclui problemas de conceituação detectados de longa data.

Para começar, inexistente nas Ciências Sociais concordância sobre o que seria o Estado, assertiva que incluiria a Ciência Política, campo de estudos para o qual é objeto de estudo matricial. De fato, do mesmo modo que existem teorizações sobre o que seria a sociedade, a análise do funcionamento, origem e o significado do Estado dá margem a uma coleção de teorias.

O motivo dessa dificuldade é que Estado enquanto objeto não se auto-evidencia. Concretamente, circunscrevê-lo requer detalhadas reflexões da teoria política. Deve ser notado que Estado condensa uma morfogênese “semiótica”. Isto é: não há como defini-lo em poucas palavras.

Portanto, por mais que as relações políticas entre os Estados constituam uma *key-word* de peso para as RI, nada disso nega que o emprego do termo reclama agregação de sentido, justificando que muitas análises passem a subentendê-lo enquanto *um tipo de organização política*, esvaziado de maiores pretensões ontológicas (Vide HIRSCH, 2010: 11 *et seq*; SUANO, 2005: 256; GONÇALVES, 2003a: 10).

Num recorte metodológico, as inconsistências presentes na definição de Estado abrem espaço para a proposição do *sistema internacional* enquanto conceito habilitado a preencher um vazio epistemológico. Como metodologia e ferramenta de análise, a noção de sistema internacional contempla em princípio uma interface hodierna na qual *atores*³⁷ e *temas*³⁸ de tipo novo, como as empresas multinacionais (EMN)³⁹, ONGs e outros protagonistas não-estatais no campo político internacional, assumiram influência candente, muito além das interações circunscritas às unidades políticas estatais.

Suo tempore: mudanças ocorridas nas últimas décadas impuseram às escolas de pensamento das RI a rediscussão do papel do Estado-Nação diante de um mundo no qual o controle exercido sobre os fluxos do espaço global deixou de ser evidente, dentre os quais conquistam realce processos transnacionais que alteram o caráter do sistema internacional (*apud* SANTOS JUNIOR, 2011: 207; MOURÃO, 2010: 15; NOGUEIRA *et* MESSARI, 2005: 81).

Ao mesmo tempo, no seu sentido funcional, sistema internacional contesta o referencial hobbesiano clássico para o qual a anarquia é investida de pendor fenomênico organizador. Os engastes que ocorrem na arena internacional, consistindo num exercício de poder, certamente são permeados por fricções entre os Estados.

Todavia, isso não significa que a anarquia possa obliterar ambientes propiciadores de cooperação, mesmo porque, semiologicamente o termo pode sancionar diversas ordens de significação. Dentre estas, temos a aferição defendida, por exemplo, pelo construtivista alemão Alexander Wendt. Esse autor, criticando o que entende como “camisa de força” conceitual acerca do relacionamento entre Estados e estruturas internacionais⁴⁰, acautela que a anarquia corresponderia unicamente ao que a

vocação de cada Estado preconiza quanto ao entendimento dirigido ao seu significado (GRIFFITHS, 2011: 292-293; NOGUEIRA et MESSARI, 2005: 97).

Portanto, na contramão do paradigma de um “estado de natureza” internacional, dependendo dos arranjos do ordenamento global e do aporte epistemológico em curso, as relações internacionais podem antever a cooperação e não o conflito ⁴¹.

Disso se conclui ser perfeitamente possível arrolar oposições conceituais entre uma concepção de *sistema internacional*, formado por um conjunto de Estados que pouco tem em comum, a uma *sociedade internacional*, cujo registro não se restringe à segurança do Estado, mas sim pensa o relacionamento entre os países a partir de uma teia multiforme pressupondo cooperação, valores e consensos compartilhados (NOGUEIRA et MESSARI, 2005: 48 e 91; GONÇALVES, 2003a: 22; SUANO, 2003: 259-260).

A mais ver, admoestações como essas se aninham em muitas análises do campo das RI. O cientista político britânico Andrew Linklater argumenta, por exemplo, que a globalização diminuiu seriamente a amplitude da ação independente dos Estados. O Estado também estaria colocado sob desafio, em vista de mostrar-se fragilizado para efetivar o contrato social que garante segurança aos cidadãos, erodindo seu apelo normativo, que para complicar, estaria secundado por um diuturno processo de desterritorialização.

Deste modo, a integridade territorial das formações estatis, crescentemente precária e vulnerável a toda sorte de desafios (econômicos, ambientais, de governabilidade, etc.), faria com que o apelo normativo enquanto referência primária de sua identidade se tornasse enfraquecida (Cf. ELLIOTT, 1998).

Em síntese: mesmo que permaneçamos na órbita de uma “inteligibilidade estatista” lastreada por um pressuposto confesso que realça a inexistência de um núcleo organizador no espaço global, nada impede que as relações interestatais sejam regadas por direitos e deveres, calçando políticas cooperação e de complementaridade. Nesta ordem de exposição, poderíamos entender sistema internacional como sendo:

“Um conjunto composto por atores em interação, cujo principal tipo de ator é a unidade política, existindo hierarquia de poder entre elas, o que define um posicionamento no sistema. As mais poderosas unidades políticas, com certa participação ou influência de alguns outros atores, como as corporações multinacionais e as instituições transnacionais, organizarão as relações

internacionais, definindo zonas de influência que, no limite, constituem grupos de alianças, sejam políticas, econômicas ou militares, ou uma mistura das três. Elas também definem as formas de atuação dos demais atores, delimitando seus espaços de atuação à medida que recuam no seu poder de ação. Como o sistema vive em equilíbrio dinâmico, ao longo do tempo sucedem-se alterações nesse posicionamento das unidades políticas, devido ao aumento ou perda de seus poderes relativos, o que modifica as relações entre elas no interesse de preservar o equilíbrio” (SUANO, 2005: 261).

Mas, se o ponto de vista realista clássico, ao não ter conseguido se apresentar como uma perspectiva analítica capaz de lidar com a complexidade da política mundial contemporânea ao menos parcialmente perdeu sua notoriedade enquanto eixo de análise das relações internacionais (NOGUEIRA et MESSARI, 2005: 235), redefinir as dinâmicas políticas mundiais a partir de “estruturas objetivas” não permite, por outro lado, abonar conceitualmente que o sistema internacional seja impermeável a disrupções, reparos e releituras. Muito menos que os Estados se mantenham alheios às dessimetrias que povoam a ordem mundial.

Retenha-se, é claro, que um constructo teórico habilitado a traduzir e refletir sobre relações internacionais, interage com um sistema internacional que sem meios termos, posiciona o Estado como ator de relevância, o principal nos diversos concertos estudados pelas RI (SANTOS, 1999b: 9). Isso ajuda a explicar o porquê da persistência, numa época em que tanto se fala de tendências de esvaziamento das funções estatais, do critério de *fronteira* como marco de um poder na sua interface territorial.

Ainda nessa linha de argumentação, há que ser resguardado que sob a lente das relações mantidas pelos Estados com o espaço, não se julga desprezível a mínima talisca de território. É o que torna plausível a existência de “Estados Anões”. Para comprovar estão aí o Liechtenstein, San Marino, Andorra e Mônaco, países cujos espaços diminutos são defendidos e conservados com esmero (MAULL, 1959: 45).

Contudo, essas nuances territoriais são insuficientes para apreender a inserção contraditória do Estado no sistema internacional. Observe-se que devido às intercorrências postadas pelo ambiente político, o Estado moderno é funcionalmente energizado por subsistemas que se desenvolvem de modo relativamente independente, interagindo com um meio político no qual não deixaram de estar ausentes nem a dominação social, e tampouco a exploração.

Tais resistências, que colocam em cheque a noção de sociedade como uma modalidade de circuito regulador autoestabilizado, reflexiona com um aparato estatal onde a heterogeneidade dos seus aparelhos nada mais é do que a tradução de uma teia de relações contraditórias, friccionando-se entre si e com o edifício social como um todo (Cf. HIRSCH, 2010: 14 e 38).

Nessa feira, tendo-se em vista um painel empapado de dúvidas como as expostas, seria natural pressupor a intrusão do contraditório no seio das relações interestatais. É assim que temas centrais para as RI - caso de integração e cooperação - não carecem de ambivalências e duplicidades. Para começar, anote-se que embora vários textos sinonimizem integração e cooperação, na realidade correspondem a dois conceitos distintos, passíveis inclusive de contextualizar situações de antagonismo (BADI, 2001: 55).

Por cooperação entendam-se as medidas empregadas para reduzir as barreiras entre os países, porém não acarretando cessão de soberania e muito menos advogando a diluição do poder do Estado soberano. Quanto à integração ⁴², estão envolvidos procedimentos de cessão de soberania dos Estados envolvidos em favor de instituições comuns, decorrendo em mudanças significativas na vida dos cidadãos dos países envolvidos:

“A integração regional [...], não se restringe à esfera governamental ou à cooperação intergovernamental, atinge a sociedade como um todo, gerando interações entre grupos de interesse e representantes das sociedades que fogem ao controle estatal. Outra diferença entre cooperação e integração é que a cooperação pode ser uma estratégia contextualizada e ser abandonada de acordo com a conveniência, enquanto a integração regional é menos flexível. Abandoná-la pode gerar resistências e altos custos para os governos, desde que o processo tenha atingido um determinado patamar de interação entre as sociedades envolvidas, especialmente quando sua estrutura institucional ganha autonomia e legitimidade” (MARIANO, 2007).

Num prisma histórico, integração responde pelas mudanças na ordem mundial pós-Segunda Guerra, marcada pela emergência de uma nova economia internacionalizada que relegou à obsolescência o emblemático sistema westphaliano multipolar de Estados soberanos ⁴³.

Entretanto, tal como muitas outras preocupações das RI, a integração, mesmo materializada na forma de recorte temático apenas no século XX, não é estranha de modo algum à história econômica. Elucidando: o *Zollverein* constituiu acordo

comercial que paulatinamente resultou na unificação da Alemanha. Além do caso alemão, a Suíça em 1848, as regiões e províncias integrantes da Áustria em 1850, a Dinamarca em 1853 e a Itália no transcorrer da década de 1860, de igual modo implantaram uniões aduaneiras, todas repercutindo na cartografia política do período (Ver entre outros, CARVALHO PEREIRA, 2008: 28).

Nesses exemplos, temos iniciativas prenunciando o fortalecimento de economias que ao seu tempo, eram geograficamente regionais, desdobrando-se em molduras nacionais, descartando uniões economicamente mais amplas abarcando vários Estados. Não por acaso, sabidamente inexistem quaisquer registros da nomenclatura *integração econômica* nas décadas anteriores aos anos 1940.

Ao que tudo indica, a expressão desponta intestivamente em 1949, no bojo do programa de recuperação da Europa: o Plano Marshall. Inclusive no que diz respeito às uniões aduaneiras, tópico essencial para essa discussão, até os anos 1950 não se constata produção teórica de monta dedicada ao assunto (Cf. FERNANDES, 2009: 33-34; ROBSON, 1985: 11, BALASSA, 1961: 40-41).

1.4. A Contundência do Fato Econômico

A hermenêutica das terminologias com léxico econômico que trafegam nas análises das relações internacionais são certamente demonstrativas do seu conteúdo de novidade. Todavia, evidenciam num mesmo sentido a escala o agigantamento da dimensão do econômico na vida da sociedade global contemporânea.

Consubstanciando uma nova aferição imersa na dimensão dos laços que unem os humanos por intermédio da *oikonomia*⁴⁴, os modelos clássicos de integração econômica sugerem medidas que perfazem uma marcha processual envolvendo a implementação de procedimentos econômicos e políticos cujo horizonte ideal deságua em entidades supranacionais, instituições que vis-à-vis, potencialmente redirecionam as razões de ser do Estado, acarretando alterações na sua operacionalidade e funcionalidade.

Na atualidade, o *modus operandi* do aparelho estatal é outro, justificando inclusive a terminologia *non firm actions*, recorrente no jargão coloquial corporativo, onde o Estado passa a ser definido a partir do empreendedorismo empresarial e não o contrário. *Portanto, uma não-firma*. Em sendo deste modo, impõe-se a acepção de *fluxos*, semantizando, paralelamente às ações encadeadas entre os Estados, os laços estabelecidos entre indivíduos, grupos públicos ou privados, que transgridem a

lógica das fronteiras enquanto *fixos* ⁴⁵, que estigmatizadas como barreiras, são alvo de ações que tendem inclusive a transcendê-las (RODRIGUES, 2009: 63-65).

Não obstante, a própria *economização das relações internacionais* permite entrever o quanto as relações internacionais se predispõem a mesclar uma sinergia que articula o mundo econômico com o funcionamento do sistema de Estados ⁴⁶.

Nessa averbação, seria cabível avaliar a evolução do multilateralismo à luz da constituição das chamadas grandes bacias econômicas, demarcando a dinâmica da regionalização na senda da cooperação via incremento do comércio internacional. Esse viés, numa perspectiva geopolítica, admite a existência de cinco grandes bacias mundiais, todas acomodadas em grandes massas oceânicas: Atlântico Norte, Atlântico Sul, Pacífico Norte, Pacífico Sul e Índico (Cf. PENHA, 2011:12).

Aquilatando tais possibilidades, recorremos ao economista húngaro Bela BALASSA (1964), na sua conhecida tipologia visando a integração, cuja evolução sedimenta diversas fases progressivas. Tendo em comum a supressão da discriminação entre os países numa escala cada vez mais ampla de domínios, desde as mais incipientes até as mais elaboradas, o que diferenciará um tipo de agrupamento do outro será o grau de envolvimento dos países participantes (MENDES, 2013: 52; FERREIRA, 2005: 66). De acordo com Balassa, idealmente as etapas de integração seriam, numa ordem sucessiva:

- *Zona de livre Comércio* ou *Free Trade Area* (modalidade em que ocorre a unificação das normas de controle de qualidade, padronização e circulação dos produtos, surgindo o embrião de legislação específica a ser instituída gradativamente no bloco regional);
- *União Aduaneira* ou *Customs Union* (UA ou CU: países partícipes suprimem as barreiras tarifárias no interior da zona comum, adotando tarifa única nas relações com países externos ao bloco ⁴⁷, sujeitando as economias a uma política comercial comum);
- *Mercado Comum*, *Common* ou *Single Market* (livre circulação de bens e dos fatores de produção, força de trabalho e capitais);
- *União Econômica* ou *Economic Union* (mercado comum harmonizado com a uniformização das políticas econômicas e das legislações; implantação de moeda comum);

➤ *União Econômica Plena* ou *Full Economic Union* (unificação das políticas monetárias, fiscais e sociais; unificação das políticas externa e de defesa; estabelecimento de uma autoridade supranacional).

Porém, o economista canadense Jacob Viner, um dos primeiros acadêmicos a avaliar as consequências econômicas da formação das uniões aduaneiras, advertiu na década de 1950, que a integração pode subentender uma ordem de complexidades nem sempre visíveis num primeiro momento, dentre estas as de que seu funcionamento não necessariamente reforça uma área comum de trocas.

Preocupado em pesquisar as condições sob as quais a alocação dos recursos mundiais é aprimorada por meio da criação de acordos regionais, Viner conclui que no curso da integração podem surgir agravos na forma do desvio de comércio, travando o pleno andamento do processo ⁴⁸.

Não fosse suficiente, os processos de integração acolhem determinações próprias, que resistem às sistematizações por vezes demasiadamente esquemáticas. Rubrique-se que nem mesmo a formação da União Europeia (UE), o mais icônico dos processos de integração, extravasando vívido fascínio para os processos integrativos que eclodem em todo o Planeta, não acatou o modelo teórico de Bela Balassa.

Fato sobejamente conhecido, o primeiro passo da integração do continente foi a *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (CECA), criada em 18 de abril de 1951 pelo Tratado de Paris. Certamente uma entidade interestatal, a primeira a prosperar na Europa do Pós-Guerra. Todavia, o funcionamento da entidade centrava-se não na ruptura de barreiras alfandegárias, mas sim, na compatibilização da siderurgia e da produção de carvão entre os Estados-membros da organização ⁴⁹.

Mesmo materializando pela primeira vez na história dos países europeus uma transferência dos direitos de soberania dos Estados signatários para uma instituição supranacional, a CECA não estava conferida do estatuto de área de livre comércio, mas sim, tinha por objetivo a integração das indústrias do carvão e do aço dos países europeus ocidentais.

Quanto ao que seria a conclusão programática da UE, como sabemos, tipificada como uma amarração de soberanias com diferenciada textura histórico-institucional, a plena unificação política e econômica augurada e defendida por algumas vozes, constitui aspiração setorialmente contestada, tendo pela frente muitos obstáculos.

Fora do teatro europeu, outra exemplificação seria a *Southern African Customs Union* (SACU), união aduaneira firmada entre cinco países da África Meridional (a África do Sul somada ao Bloco BNLS: Botswana, Namíbia, Lesotho e Suazilândia), que mesmo sendo o mais antigo Acordo Regional de Comércio (ACR) ainda em vigência no mundo ⁵⁰, tem escassas possibilidades em prosseguir na progressão identificada por Bela Balassa.

Isso porque no tocante ao PIB da SACU, o quinhão sul-africano alcança quase 100% do total, permitindo antecipar que acatar a direção das etapas posteriores ao esquema linear proposto pelo economista húngaro pode implicar mais do que numa unificação econômica plena, na virtual anexação do Bloco BNLS ao gigante sul-africano.

A resposta mais empapada de lógica a estes dilemas parece ser, portanto, *resguardar um poder negocial nos teatros regionais via conservação da soberania estatal*. Com base neste ponto de vista, aufere validade conceitual modelo de compreensão tipificado em muitos escritos de intelectuais da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).

Num lineamento pontual, a integração, resguardando sua inserção numa realidade contraditória e dessimétrica, passa a ser entendida a partir de ações voltadas para a execução conjunta de um programa aglutinando interesses recíprocos que asseguram unidade interna e externa, abrindo caminho para a realização de metas comuns, tanto no plano econômico como no político, em princípio, inviáveis quando assumidas por um único país isoladamente.

Recopilando, a integração não constituiria variável válida em si mesma. Antes, perfaz uma estratégia habilitada a dar cabo dos entraves do subdesenvolvimento no âmbito interno dos países e da dependência no plano externo, cuja consecução se afirma por intermédio das diversas interfaces calcadas no multilateralismo (LAFER, 2011: 35).

Noutra via, dadas as características do sistema internacional, a conversão das preferências particulares dos Estados numa decisão coletiva resultante de consenso, envolvendo a superação da multiplicidade dos pontos de vista, *não teria como não ser lenta e morosa*.

Isso pela simples razão de que a partir do momento em que a integração econômica não reúne condições objetivas de fazer *tabula rasa* de uma estratificação internacional que permanece crivada por contradições, perseveram os conflitos e a

possibilidade sempre presente de reatualização das rivalidades e das pelepas entre os Estados e os blocos interestatais atuantes no espaço global (Vide WALDMAN, 2013a; 2013b: 7; LAFER, 2011: 87; FERREIRA, 2005: 80).

Reforçando esse viés, joga aqui papel importante a reestruturação neoliberal consorciada com a desenvoltura da *financeirização da economia mundial*, ambas pouco compromissadas em assegurar uma estabilidade que admitidamente, transparece como requerimento *sine qua non* para os processos integrativos.

Pelo contrário, o matrimônio entre mundialização financeira e os agentes de ponta do sistema capitalista global aos finais do século XX, catalisou acelerada pulsão das aplicações financeiras, brindadas com magníficos *superavits* rentistas. Lastreadas na lógica do *dinheiro gerar mais dinheiro*, a financeirização gerou fluxos incontidos de capital líquido, incitando a proatividade das finanças em se reinventarem a si mesmas. Isso numa tônica nunca observada na história (CHESNAIS, 1998: 11 e 1996: 247).

Em paralelo, seria de bom tom corrigir a presunção de que a economia absorva completamente a pauta avalizada pelos diplomatas. O fato das relações internacionais acatarem prioritariamente vínculos com a cadeia produtiva mundial (o que por si só evoca múltiplas redes funcionais e campos de interesse), não significa que suas atribuições sejam *unicamente* essas.

Nesses considerandos, faria jus à verdade rememorar que o Estado enquanto ator, que se mantém numa posição de proa enquanto *formação política* no sistema internacional, é condicionado pela obtenção de poder e prestígio. E mais acertado ainda, que seu comportamento é guiado em larga medida por predileções identitárias, culturais, linguísticas e toda sorte de heranças histórico-geográficas. Interferências que mesmo acatando a batuta da economia, insistem em extrapolar seus limites.

Há que se considerar, conforme aferido pelos pensadores alemães Max Weber e Karl Marx numa série de textos clássicos, que as trocas econômicas não se desvencilham de um substrato básico: a de constituírem atividades racionais instrumentais. Mas, recorde-se que para ambos, a economia está, quaisquer que sejam as circunstâncias, mediatizada por *relações sociais* (Cf. AVRITZER, 2002: 29-32). Desse modo, embora sendo eventualmente marginalizado nas análises, o social jamais está ausente nas variáveis em tese exclusivamente mesmerizadas pela esfera do econômico ⁵¹.

Assim sendo, enquanto uma premissa sabe-se que boa parte das relações internacionais se desenrola sob o signo de transações comerciais. Quer se trate de importações ou exportações, cessões de direitos ou licenças, viagens, seguros ou fretes, o econômico funciona como uma chancela cotidiana onipresente. Dessarte, ao lado disso as relações internacionais, no comentário do geógrafo francês Paul CLAVAL,

“Não estão situadas unicamente sob o signo da economia: à medida que os meios de comunicação a distância se aperfeiçoam e que a mobilidade das pessoas aumenta, as trocas intelectuais se multiplicam. Elas ocupam hoje um lugar considerável, apesar das barreiras de língua e dos freios que lhes são aplicados por alguns governos” (1979: 201).

Na sequência ao argumento anterior, igualmente não se permite ignorar que as induções extraeconômicas, ao evidenciarem relativa autonomia diante das molas da economia, podem igualmente redesenhar a materialidade social, gerando novas demarcações e regimes de sentido, frente aos quais, a própria faturação econômica não está imune.

Motu proprio, os dinamismos das molduras da política, do social e do cultural se predisõem a recompor singularidades em princípio, fadadas a serem tragadas pela globalização, tornando a pretendida homogeneidade do mundo global, bem menos avassaladora do que auguram seus arautos. No dizer da antropóloga brasileira Paula MONTERO:

“Há certa unanimidade entre os autores contemporâneos em constatar que a mundialização do sistema capitalista não tem acarretado apenas uma homogeneidade nos processos sociais que se estendem para todas as partes do globo. Ao contrário, a incorporação desigual das nações no sistema mundial, por um lado, e fatores internos à própria lógica do capitalismo, por outro, tem reposto e renovado com rapidez as diferenças entre grupos, culturas e nações” (1991: 118).

Nessa senda, tais particularidades contribuem para explicar a dificuldade de encontrar, na Coreia do Sul, um automóvel importado circulando nas ruas; no Japão, contratar serviços de bancos internacionais no mercado financeiro deste país; na China, assistir filmes estrangeiros; e em muitos países árabes, encontrar qualquer mercadoria procedente de Israel. Esta resistência aos padrões globais não está restrita a um cerceamento geográfico. Ela se verifica na reinvenção do modelo cosmopolita por parte de grupos, classes e países, que do seu modo, “fagocitam” códigos econômicos, culturais e políticos oriundos do centro do sistema.

Tal asserção ganha concretude ⁵² quando, por exemplo, Cuba passa a fabricar sua versão nacional dos refrigerantes de cola; a Nigéria se torna fornecedora de produção cinematográfica que atende, com base em “Nollywood” ⁵³, uma clientela cativa na África Negra; já os países do Extremo Oriente modelam seu próprio espaço fonográfico com base numa “música popular” asiática ouvida desde Kuala Lumpur, na Malásia, até Seul, na Coreia do Sul; e o mundo árabe, sustenta a rede *Al-Jazeera*, questionando um mercado de informação dominado pelas emissoras de países do hemisfério norte. Para rematar, barreiras étnicas e religiosas reforçam esta recusa ao modelo global, bloqueando a difusão de gostos e das preferências consideradas “modernas” de consumo (Cf. BARBOSA, 2006: 18/19, 81/84 e 103/122; HAESBAERT, 1997: 26).

Nessa linha de abordagem, embora seja plausível compreender que a globalização e a resiliência do status quo político sejam destacados pré-requisitos para uma relação de cooperação entre os polos da economia global, tendências centrífugas ensombram a dinâmica da integração.

Acrescentando, tais epifenômenos assistem um panorama no qual se vislumbra o fim progressivo do “Estado sólido” que emerge no período pós-Westphaliano, tipo “bola de bilhar” (“*billiard ball*”), gradativamente subsistindo na ótica de muitos intérpretes da ordem global, em rasgos unicamente supérstites ⁵⁴.

Nesta mesma perspectiva, o modelo tradicional tem sido secundado pela recombinação da ordem internacional entrelaçando inúmeros protagonistas e transações emaranhadas, tal e qual uma “teia de aranha”, metáfora que ilustra associações com tempos nos quais as contraposições polarizavam uma coleção de formações estatais competindo continuamente entre si (DEVIN, 2009: 38).

Nos dias atuais, as rivalidades entre os Estados permanecem ativas, determinando um quadro misto de cooperação e conflito cadenciado por uma interdependência desigual entre os centros do poder mundial e os países periféricos.

Manifestadamente marcada pela persistência de relações dessimétricas e por “curtos-circuitos” que exprimem uma colaboração imperfeita e disrupturas opondo polaridades funcionalmente diferenciadas, seria difícil contestar o potencial tensionador de contradições que recidivamente, irrompem no cenário internacional.

Por sinal, não são outros os nexos que explicam, por exemplo, as oscilações entre o unilateralismo e o multilateralismo que acodem na política externa norte-americana

e o intervencionismo que repetidamente se reapresenta em diferentes partes da África (ROBERT, 2012; HIRSCH, 2010: 232-233; SANTOS, 1978).

Trata-se enfim de não apenas acompanhar o entrelaçamento do econômico aos fitos das sociedades humanas, mas também mensurar a capacidade da esfera da política e do social em imiscuir-se aos ritmos da economia, alterando-lhe o caráter, transmutando suas finalidades e ofertando-lhe outros significados.

1.5. Aditamentos Sociológicos e da Interdisciplinaridade

Qualquer leitura, mesmo superficial, de textos gerados no campo das RI devotados à integração econômica, explicitam farto uso de fraseologias que independentemente da sua assiduidade textual, solicitariam sopesamento mais cauteloso.

Nesse segmento estaria indiscutivelmente incluída a conceituação de *comunidade*. Jargão terminológico gerado no circuito das ciências sociais, a ela se oporia a *sociedade*, antinomia que grava o pensamento alemão clássico, em particular a partir da obra do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies.

Na obra desse pensador, *Gesellschaft* (sociedade) contrasta com *Gemeinschaft* (comunidade), no sentido de que a primeira, reflete a Modernidade enquanto um “estado de coisas” e a segunda, os modos de vida do mundo tradicional ou pré-moderno, ainda não tocado pelo realce do artificial sobre o natural, do tempo sobre o espaço, do nacional sobre o que substantiva o âmbito local ou regional ⁵⁵.

Assim, essa leitura do mundo social posiciona a inscrição do Estado na órbita da *Gesellschaft*, e *pari passu*, delimita a *Gemeinschaft* como contraponto objetivo. No âmago do pensamento de Tönnies, está a visão da comunidade como elemento enriquecedor da convivência humana, visão profusamente difundida na sociologia clássica ⁵⁶, assim como a dicotomia de comunidade *versus* sociedade ⁵⁷, polaridade que de resto, tem sido recolocada pelos conflitos que grassam no mundo contemporâneo.

Complementando, assinale-se o senso kantiano de *Gemeinschaft*, indicativo de *comunhão dinâmica* - *commercium* - essencial para o reconhecimento empírico de configuração identitária que presume estacas societais e espaciais (Cf. ABBAGNANO, 2010: 187; BARRETTO, 2010: 105-108).

Contudo, a própria concretude revela dotações multiformes, compósitas e intrincadas, que borram percepções por vezes excessivamente esquemáticas dos pronunciamentos clássicos. Enfatize-se que Tönnies admitia que o seu modelo, construído com base num expurgo das “impurezas” encontradas no mundo observável, operacionalizava circunstâncias ideais.

Por isso mesmo o pensador alemão admitia que um *locus* nos quais elementos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* não convivessem em um mesmo *momentum*, constituiria uma insofismável impossibilidade empírica. De pronto, pode-se admoestar que prejudicar o Estado e sociedade como polo opressor e no sentido contrário, a comunidade como garantia de liberdade, é esquecer que essa última pode assumir gradações insuspeitamente opressivas.

É exatamente essa a premissa de fundo da tese da *comunidade incivilizada* do sociólogo e historiador norte-americano Richard Sennett. Para ele, a sociedade moderna, em face de um *modus operandi* que atua de modo a dismantlar os instrumentos da cultura e de convívio social, pavimentou o esgarçamento crescente da esfera pública (WALDMAN, 2012j; SENNETT, 1993).

Na sequência a tal lógica, diante da fragmentação e atomização, a recuperação dos vínculos encontra resposta no repúdio à personalidade coletiva. Os novos grupos, modulados pelo distanciamento frente ao que lhes é externo, engajam-se assim na construção de barreiras em torno de padrões identitários cuja nota característica é a autoexclusão diante da sociedade mais ampla. Desta feita, *comunidade* pode configurar uma fisionomia social que mesmo atuando em nome da *Gemeinschaft*, expressa, em oposição a um imaginário de senso comum, manifestações de incivilidade (Cf. SENNETT, 1993).

Assim sendo, importaria retificar que o raciocínio pelo qual, grupos comandados pelo costume (comunidade) vivenciam *a fortiori* situações de tolerância e de fraternidade e que os regrados pela lei geral (sociedade) estão implacavelmente submetidos a relações imperativas, corresponde a um julgamento que decididamente, há muito não é aceito pelo *mainstream* das ciências sociais (Vide HORKHEIMER et ADORNO, 1973).

Não fosse suficiente, via de regra esse ponto de vista, com o respaldo de críticas ao direito positivo, não é ciente de que o campo jurídico tem incorporado inclusões de direitos de origem social. Por conseguinte, é possível ponderar que a aplicação de políticas mais efetivas de equidade, em oposição ao que é apregoado pelas vertentes questionadoras da *Gesellschaft*, prognostica não o dismantelamento, mas

antes o reforço do Estado. *Portanto, fortalecer e não enfraquecer o Estado* (Vide ELLIOTT, 1998).

Pontificariam ainda no debate relacionado às RI enquanto disciplina dois aspectos acerca de dificuldades metodológicas. Uma delas estaria relacionada à complexidade da pesquisa das relações internacionais e a outra, circunscrevendo o conjunto do corpo teórico, referindo-se aos seus predicados intencionais.

Relativamente à abordagem do objeto, não poucos autores têm pontuado a respeito de uma “imaterialidade” e “dispersão” das reflexões geradas com base nas relações internacionais, interfenômenos que derivam do fato do objeto da disciplina, mesmo que encorpado de personalidade acadêmica fortemente torneada pela ciência política, não ser autoevidente na especulação dos pesquisadores (RODRIGUES, 2009; SUANO, 2005; GONÇALVES, 2003a).

Ora, é forçoso admitir que o horizonte analítico das RI envolve portentoso conjunto de atores e temas, notificando que quaisquer esforços na direção da conformação de um marco teórico com base num cenário internacional ⁵⁸ têm na discussão do papel ⁵⁹ desempenhado por diferentes intérpretes, um pré-requisito que se impõe por si mesmo. Por sua vez e em decorrência disso, a amplitude da pauta temática das RI vocaciona um labor intelectual aberto a absorver contribuições oriundas de uma constelação de disciplinas, uma interdisciplinaridade que *mutatis mutandis*, tem se colocado de modo reincidente no estudo das relações internacionais.

Porém, apreenda-se que tal flexibilidade não ocorre sem riscos. Um ponto a ser levado em consideração é que quando os pesquisadores das RI recorrem às metodologias sistematizadas por outros campos acadêmicos, toma-se contato com levantamentos empossados por aditamentos próprios, obviamente especificando trajetos analíticos e parâmetros que eventualmente não condizem com o horizonte processual das análises em RI.

De qualquer modo, é voz geral que qualquer transposição mecânica de conceitos e métodos de um campo do saber para outro esbarra com algum tipo de incongruência, que para ser superada postula adaptações e emendas objetivando reajustar a operacionalidade das metodologias, para o que também concorre reconhecer que o contexto do objeto da pesquisa também pertence ao sujeito ⁶⁰.

Num sentido estrito estamos, pois identificando relações que no plano da pesquisa *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, ao conjugar saberes e arregimentar

fenômenos nos campos da política, economia, cultura e meio ambiente, compõe um acervo de temáticas que resistem a uma camisa de força programática e conceitual.

Enquanto tal, isso poderia sugerir que a atenção devesse ser direcionada mais aos fatos do que aos acontecimentos, e aos dados coletados muito mais que à sua racionalização retrospectiva. Prontifica-se enfim uma reflexão sobre a evolução dos fenômenos observados e às categorias que os definem. Portanto: *mais do que impor uma interpretação ex ante para a realidade, interpretar os fatos* (DEVIN, 2009: 13; SANTOS, 1978: 157).

En resumen, tal como colocado é grande a probabilidade de uma pesquisa em RI desdobrar-se em hermenêuticas e sintaxes específicas, posição sempre suscetível de questionamento pelos defensores da inviolabilidade das fronteiras disciplinares.

Todavia, é entendimento desse texto que uma vez acumulando conhecimentos que contribuem para o aprimoramento das RI, todas as subscrições, desde que avaliadas com zelo e precisão, são válidas, pertinentes e bem-vindas ⁶¹. Afinal, o extraordinário é necessário para o progresso mesmo porque todas as metodologias, até as mais óbvias, apresentam limitações (*apud* FEYERABEND, 1977: 29 e 43).

No mais, inferência essa não redutível a premissas metodológicas, atente-se para a capilaridade das análises diante da primazia da *Weltanschauung* em evidência. Constituindo a expressão pura de um direcionamento cognitivo, as percepções de mundo efetivamente governam os centros de produção do saber, os quadros intelectuais e por tabela, as formas de intelecção.

Daí que no final das contas a ciência não é nem pura, nem aplicada. Na sua essência, sendo ao mesmo tempo tributária e geradora das técnicas, a ciência é atravessada por ideologias e marcada pelas mentalidades, governada por instituições guardiãs de um saber sistematizado, intervindo e modelando o conhecimento, confirmando e inspirando demandas sociais (*apud* ACOT, 1990: 189).

Neste sentido, como para qualquer outro campo disciplinar, o estudo das relações internacionais está sujeitado por afetações repletas de interveniências sociais, culturais e porque não, por estereotípias ⁶² perenemente dispostas a inocular o teor dos posicionamentos.

Advirta-se então que: “Envolver uma teoria com o manto da verdade é atribuir-lhe uma característica não realizável” [...] “Somente em teoria se pode dizer que a ciência é a interpretação verdadeira da realidade, porque na prática, toda

interpretação realiza apenas uma versão historicamente possível” (Cf. DEMO, 1981: 25).

Em função do conjunto de observações alinhavadas nos parágrafos que se seguiram seria possível admitir que uma vez rica e plural, as RI justamente proporcionam um ambiente para o exercício de um pensamento não dogmatizado, atento ao que a realidade apresenta como contradição e ao que a análise desvela como dúvida.

Apontamento que no caso africano suscitaria, por força de injunções muito específicas, amplo rol de reparos e considerações.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS, TESES, PAPERS E ARTIGOS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Atualizado e ampliado por Giovanni Fornero. 4ª edição, 3ª reimpressão. México (DF): Fondo de Cultura Economica. 2010;

_____. *Diccionario de Filosofia*. 2ª edição. 8ª reimpressão. México (DF): Fondo de Cultura Economica, 1991;

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Campus. 1990;

ALIER, Juan Martinez. *El Ecologismo de Los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración*. 5ª edição ampliada. Barcelona (Espanha): Icaria-Antrazyt-Flacso. 2011;

ALMEIDA, Eugénio da Costa. *Angola: Potência regional em emergência*. Lisboa (Portugal): Edições Colibri. 2011;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada*. Revista Humanidades, nº. 22, Retratos da África, pp. 12-32. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1989;

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília. 1979;

ARRAES, Virgílio Caixeta. *Contexto do Nascimento da Disciplina de Relações Internacionais - os anos 1920*. In: Relações Internacionais: os excluídos da arca de noé, Coleção Relações Internacionais nº. 4, Série Didática nº. 1, pp. 303-329. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 2005;

AVRITZER, Leonardo. *Em busca de um padrão de cidadania mundial*, revista Lua Nova, nº. 55-56, pp. 29-55. São Paulo (SP): Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC. 2002;

AZAMBUJA, Marcos Castrioto. *As Nações Unidas e o Conceito de Segurança Coletiva*. Revista Estudos Avançados, volume 9, nº. 25. São Paulo (SP): Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - IEA-USP. 1995;

BADI, Mbuyi Kabunda. Ideologías y experiencias de integración regional en África. Tese de Doutorado. Madri (Espanha): Facultad de Ciencias Politicas, Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad Complutense. 1992;

BALASSA, Bela. *Teoria da integração econômica*. Coleção estudos de economia moderna, volume 2. Lisboa (Portugal): Editora Livraria Clássica. 1964;

BARLOW, Maude et CLARKE, Tony. *Ouro azul: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta*. São Paulo (SP): M. Books. 2003;

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. Coleção Repensando a História. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2006;

BARRETTO, Vicente de Paulo. *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo (RS): Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). 2010;

BLACK, Maggie et KING, Jannet. *The Atlas of Water - Mapping the World's Most Critical Resource*. 2ª edição. Berkeley e Los Angeles (EUA): University of California. 2009;

BONIFACE, Pascal, VÉDRINE, Hubert et MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009;

BRZEZINSKI, Maria Lucia Navarro Lins. *Direito Internacional da Água Doce: Fontes, Regimes Jurídicos e Efetividade*. Curitiba (PR): Juruá Editora. 2012;

_____. *Água Doce no Século XXI: Serviço Público ou Mercadoria Internacional?*. São Paulo (SP): Lawbook. 2010;

CAMARGO, Antônio F.M. et PEREIRA, Alexandre de M.M. *Qualidade da Água em Áreas Urbanas*. In: BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. (Orgs.). Recursos Hídricos e Planejamento Urbano e Regional, pp. 49-64. Rio Claro (SP): Laboratório de Planejamento Municipal/ Deplan/ IGCE/ UNESP. 2003;

CARVALHO PEREIRA, Poliana de. *Acordos Regionais de Comércio: Uma análise de ganhos não-tradicionais*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto (SP): Universidade de São Paulo - USP. 2008;

CASTRO, José Augusto de. *Exportação de Serviços de Engenharia: Mitos e Verdades*. 31º Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAE). Rio de Janeiro (RJ): Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), 27-09-2012. 2012;

CEA. *África Única e Plural: "Mélanges" em homenagem ao Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão* (Organização: Kabengele Munanga). Edição especial da Revista África, Volume 20/2. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). 2012;

CHESNAIS, François. *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo (SP): Xamã Editora. 1998;

_____. *A Mundialização do Capital*. São Paulo (SP): Xamã Editora. 1996;

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

DEVIN, Guillaume. *Sociologia das Relações Internacionais*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia. 2009;

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo (SP): Editora Atlas. 1981;

DÖPCKE, Wolfgang. *O Encontro Estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional*. In Anais do Colóquio sobre as relações Brasil-África. Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores (MRE), Departamento da África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Instituto Rio Branco. 2002a;

_____. *Há Salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development*. Revista Brasileira de Política Internacional, pp. 146-155. Brasília (DF): Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). 2002b;

ELLIOTT, Lorraine. *The Global Politics of the Environment*. Londres (Reino Unido): Macmillan. 1998;

FERNANDES, Joel Aló. *Integração para o Desenvolvimento da África: a Fusão de Blocos Econômicos*. Coleção Relações Internacionais e Globalização, nº. 23. Ijuí (RS): Editora Injuí. 2009;

FERNÁNDEZ JR., Otonni. *Comércio Exterior - África em Foco*. Revista Desafios do Desenvolvimento, edição nº. 22, 05-05-2006. Brasília (DF): Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Texto disponível *on line*:

< http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1011:reportagens-materias&Itemid=39 >. Acesso: 15-10-2013. 2006;

FERREIRA, Manuel Ennes. *Integração econômica em África: Poder e Identidade*. In *O Racismo, Ontem e Hoje*, pp.65-85. Porto (Portugal) Universidade do Porto - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). 2005;

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Rio de Janeiro (RJ): Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1977;

FONSECA, Gelson. *El Interés y la Regla - Multilateralismo y Naciones Unidas*. Co-edición Madri (Espanha): Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperacion (IUDC) e Los Libros de La Catarata. 2010;

GARRIDO, Juan. *Engenharia brasileira finca sua bandeira no exterior - exportação de serviços de engenharia*. São Paulo (SP): Caderno Especial da revista Engenharia, nº. 580, pp. 64-88. 2007;

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais. Paper* elaborado para Centro Brasileiro de Documentação e Estudos do Prata, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Texto disponível *on line*: < www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf >. Acesso: 12-05-2013. 2003a;

GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2011;

HAESBAERT, Rogério. *Blocos Internacionais de Poder*. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo (SP): Contexto, 1997;

HAINAUT, Louis. *Interdisciplinarity in General Education*. UNESCO: Division of Educational Sciences. Contents and Methods for Education. 1986;

HORKHEIMER, Max et ADORNO, Theodor. *Temas Básicos da Sociologia*. São Paulo (SP): Editora Cultrix e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1973;

HASLAM, Jonathan. *A Necessidade é a Maior Virtude: O Pensamento realista nas relações internacionais desde Maquiavel*. São Paulo (SP): Martins Fontes. 2006;

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado - Processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Rio de Janeiro (RJ): Revan. 2010;

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Porto Alegre (RS): L&PM Editores. 2008;

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro (RJ): Campus. 1989;

LACERDA, Gustavo Biscaia. *Algumas Teorias das Relações Internacionais: Realismo, Idealismo e Grocianismo*. Revista Intersaberes, ano I, nº. 1. Curitiba (PR): Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER). 2006;

LAFER, Celso. *Comércio e Relações Internacionais*. Coleção Elos, nº. 8. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 2011;

LOHBAUER, Christian. *História das Relações Internacionais II: O século XX, do declínio europeu à era global*. 2ª edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2008;

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: Teoria e História*. São Paulo (SP): Editora Saraiva. 2004;

MARIANO, Karina Pasquariello. *Globalização, Integração e o Estado*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº. 71. São Paulo (SP): Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC. 2007;

MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona (Espanha): Ediciones Omega, 1959;

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília (DF): Editora Universidade Nacional de Brasília. 1981;

MENDES, Zilda. *Exportando para os países africanos de língua portuguesa*. Coimbra (Portugal): Editora Almedina S.A. 2013;

MONTERO, Paula. *Reflexões sobre uma Antropologia das Sociedades Complexas*. Universidade de São Paulo (USP): Revista de Antropologia, nº. 34. 1991;

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *África no Sistema Internacional*. Texto apresentado em Conferência no I Curso para Diplomatas Africanos (IPRI). Rio de Janeiro (RJ), 05-30/06-2010. 2010;

_____. *O Continente Africano: Utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação - uma questão de método*. Revista África, nº. 16-17 (1), pp. 3-22. São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP). 1993/1994;

NOGUEIRA, João Pontes et MESSARI, Nizar. *Teorias das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. 1ª edição, 7ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Elviesier Editora Ltda. 2005;

NOLTE, Detlef. *How to compare regional powers: analytical concepts and research topics*. Review of International Studies, nº. 36, pp. 881-901. Cambridge (Reino Unido): British International Studies Association. 2010;

NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Entrevista concedida em 12-04-2004 ao New York Times, tendo por moderador Joseph Lelyveld, ex-editor executivo do jornal. Transcrição disponível *on line*: < <http://www.cfr.org/politics-and-strategy/soft-power-means-success-world-politics/p6939> >. Acesso em: 19-08-2013. 2009.

ODEBRECHT, Emílio. *Exportação de Serviços*. Estudos e Pesquisas nº. 12. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE). 2001;

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Coleção Relações Internacionais. 9ª edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2012;

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. 2011;

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. 8ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 2000;

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. *Uso Inteligente da Água*. São Paulo (SP): Escrituras. 2004;

_____. *Água Doce no Mundo e no Brasil*. In. _____.; Braga, Benedito; Tundisi, José Galiza (Orgs.). *Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação*. 2ª edição, revista e ampliada, pp. 1-37. São Paulo (SP): Escrituras. 2002;

RECUERO, Raquel da Cunha. *Comunidades Virtuais: Uma Abordagem Teórica*. Seminário Internacional de Comunicação, V, 2001, PUC-RS, Grupo de Trabalho de Comunicação e Tecnologia das Mídias. Disponível *on line* em:
< <http://www.pontomidia.com.br/raquel/teorica.pdf> >. Acesso em: 08-08-2005. 2001;

ROBSON, Peter. *Teoria econômica da integração internacional*. Coleção Biblioteca Jurídica. Coimbra (Portugal): Coimbra Editora. 1985;

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. *A Construção do Mundo: Teorias e Relações Internacionais*. Tese de Doutorado, Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque MOURÃO (Orientador). Universidade de São Paulo (USP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2002;

_____. *Relações Internacionais: Teorias e Agendas*. Rio de Janeiro (RJ): Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Sem data;

ROBERT, Anne-Cécille. *Qué queda de las fronteras africanas?* In: *Le Monde Diplomatique*, exemplar de Dezembro, pp. 14 e 15. 2012;

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são Relações Internacionais*. Coleção Primeiros Passos, nº. 296, 2ª edição. 4ª reimpressão. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 2009;

ROSA, Luiz Pinguelli (Coordenação). *Atlas Soci-Água*. São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ): CTHidro - Fundo Setorial de Recursos Hídricos; Fundação Getúlio Vargas; Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da UFRJ (IVIG-COPPE-UFRJ). 2011;

SANTANA, Ivo de. *Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano*. Revista de Estudos

Afro-Asiáticos, nº. 3, pp. 517-555. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Cândido Mendes. 2003;

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 3ª edição. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999a;

_____. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. Coleção Geografia e Realidade, nº. 25, 4ª edição. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998;

_____. *Por Uma Geografia Nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo (SP): coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1978;

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

SANTOS, Juliana Soares. *A Integração Regional na África Austral: A SADC na Ótica dos Interesses Sul-Africanos*. Dissertação de Mestrado, Prof. Dr. Mário Antonio Eufrásio (Orientador). Universidade de São Paulo (USP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). 1999b;

SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista. *Diversificação das Relações Internacionais e Teoria da Interdependência*. In: Paradigmas das Relações Internacionais: Realismo, Idealismo, Dependência e Interdependência, 3ª edição revisada, pp. 207-254. Coleção Relações Internacionais e Globalização, nº. 1. Ijuí (RS): Editora Injuí. 2011;

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Coleção Relações Internacionais, Série Parceria Estratégicas com o Brasil. n.º. 1. Belo Horizonte (MG): Fino Traço. 2012;

SELBORNE, Lord. *Ética do Uso da Água Doce*. Cadernos UNESCO Brasil, volume 3. Brasília (DF): UNESCO. 2002;

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público - As Tiranias da Intimidade*. São Paulo (SP): Editora Companhia das Letras. 1993;

SILVA, André Luiz Reis da. *Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008)*. In: revista Ciência & Letras, nº. 44, pp. 125-149, Julho-Dezembro de 2008. Porto Alegre (RS): Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). 2008;

SILVA, Joel. *Presença de empreiteiras se multiplica no exterior*. Jornal Folha de São Paulo, edição de domingo, 18-09-2011. Texto disponível *on line*:
< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1809201102.htm> >. Acesso: 07-11-2013. 2011;

SUANO, Marcelo José Ferraz. *O Discurso Teórico nas Relações Internacionais*. In: Civitas - Revista de Ciências Sociais, volume cinco, nº. 2, pp. 245-274. Porto Alegre (RS): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). 2005;

_____. *A identificação dos interesses estratégicos norte-americanos e o surgimento de uma nova estratégia da contenção - uma releitura de Samuel Huntington em busca do verdadeiro oponente dos EUA*. In: Revista Prisma Jurídico, volume 2, pp. 61-84. São Paulo (SP): Faculdade de Direito da Universidade Nove de Julho. 2003;

URIBE, Natalia. *El acceso al agua y saneamiento: una cuestión de derechos humanos*. In Derecho al Agua: Implementación del Derecho Humano al Agua. Buenos Aires (Argentina) e Bilbao (Espanha): Ingeniería Sin Fronteras & Centro UNESCO del País Vasco (UNESCO ETZEA). 2010;

_____. (Organização). *The Human Right to Water - Current Situation and Future Challenges*. Órgão das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO). Barcelona (Espanha): Icaria Editorial. 2008;

VILLIERS, Marc de. *Água: Como o uso deste precioso recurso natural poderá acarretar a mais séria crise do Século XXI*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Ediouro. 2002;

WALDMAN, Maurício. *Repensando o Ambientalismo na Ótica do Oikos*. Paper elaborado para o 4º Seminário Anapolino de Educação Ambiental. Anápolis (GO): Serviço Social do Comércio (SESC). 2013a;

_____. *Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-base 2010*. Levantamento técnico de subsídio para a pesquisa *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Documento divulgado preliminarmente junto ao XVIII Curso de Difusão Cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) e posteriormente

endossado pela Câmara de Comércio Afro-Brasileira (AFRO-CHAMBER). Abril de 2013. Disponível *on line* em:

< http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_07.pdf >. Acesso em: 27-03-2013. 2013b;

_____. *Água no Século XXI: Recurso Precioso e Estratégico*. São Paulo (SP): Site Cortez Editora. Texto disponível *on line*:

< http://www.mw.pro.br/mw/recursos_hidricos_06.pdf >. Acesso em: 13-09-2013. 2013c;

_____. *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado. São Paulo (SP) e Brasília (DF): Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP/ Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, CNPq. 2013d.

_____. *Angola: A Ecologia Política das Águas Doces*. Revista Brasil Angola Magazine, nº. 6, Agosto-Setembro de 2012, pp. 13-14. São Paulo (SP). Texto disponível *on line*:

< http://www.mw.pro.br/mw/2012_angola_ecologia_politica.pdf >. Acesso em: 27-10-2012. 2012a;

_____. *África Presente, África em Movimento*. Bureau Polcomune - Notícias sobre Política e Comunidade Negra, Junho de 2012 e Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, Junho-Julho de 2012, pp. 11-12. São Paulo (SP). Texto disponível *on line*:

< http://mw.pro.br/mw/africanidades_29.pdf >. Acesso em: 11-03-2013. 2012b;

_____. *Arquétipos, Fantasmas e Espelhos*. Revista Geousp nº. 23, Volume 1, pp. 44-63. Universidade de São Paulo (USP): Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Texto disponível *on line*:

< http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_02.pdf >. Acesso em: 22-05'-2013. 2008;

_____. *Água e Metrópole: Limites e Expectativas do Tempo*. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo (SP): Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo. 2006a;

_____. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, Volume 6. São Paulo (SP): Editora SENAC. 2006b;

_____. *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. Revista Geousp nº. 14, Volume um, páginas 45-64. Universidade de São Paulo (USP): Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Texto disponível *on line*: < http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_01.pdf >. Acesso em: 27-02-2013. 2003;

_____. *Metamorfoses do Espaço Imaginário: Um ensaio “topo-lógico” relativo ao universo da cultura, do espaço e do imaginário*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo - Departamento de Antropologia. 1997;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007.

DOCUMENTOS, GLOSSÁRIOS E MATERIAIS INSTITUCIONAIS

AFRO-CHAMBER: Câmara de Comércio Afro-Brasileira. *Intercâmbio Comercial Brasil-África 1970-2012 (FOB)*. São Paulo (SP): AFRO-CHAMBER. 2013;

IPEA-WB. *Ponte sobre o Atlântico: O Brasil e África, Parceria Sul-Sul para o Crescimento*. Brasília (DF): Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA e World Bank (WB - Banco Mundial). 2012;

MRE-DPCI-DIC. *Guia de Negócios de Angola*. Luanda: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Divisão de Inteligência Comercial. 2013.

WEBGRAFIA

Terra Economia

Comércio entre Brasil e África cresce 416% em 10 anos (edição de 06-06-2013, acesso: 14-10-2013

<https://www.terra.com.br/economia/>

COLÓQUIOS

Colóquio Geopolítica & Cartografia da Diáspora: África América Brasil. Geopolítica e Cartografia da Diáspora, Volumes I e II. Palestras e Conferências do Evento. Realização do Projeto Geoafro e do CIGA-UNB, apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNB e CAPES-MEC. Material videográfico em dois CDs. Coordenação Tecno-científica: Professor Doutor Rafael Sanzio dos Anjos. Brasília, 2012.

1 Águas Doces de Angola: Base Teórico-Metodológica & Relações Internacionais corresponde a excerto do Relatório de Investigação de Pós-Doutorado *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, desenvolvida no biênio 2012-2013 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), instituição de fomento à pesquisa acadêmica ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do Estado de São Paulo. Atente-se que o parecer final de aprovação do Relatório pela FAPESP em 2014, categorizou a investigação como *excelente*, destacando o rigor da redação e organização do texto, assim como destacou o material como merecedor de publicação. Em termos editoriais/textuais, **Águas Doces de Angola: Base Teórico-Metodológica & Relações Internacionais** corresponde ao Capítulo 1 do Relatório de Investigação: *Relações Internacionais: Problematizações e Marco Teórico*, subdividido em cinco subcapítulos (1.1. *Considerandos Iniciais*, 1.2. *A Problematização Necessária*, 1.3. *Adendos ao Marco Teórico*, 1.4. *A Contundência do Fato Econômico* e 1.5. *Aditamentos Sociológicos e da Interdisciplinaridade*), correspondendo às páginas 12-35 do citado material, que nesta edição, foi levemente adaptado para publicação em *separata*. Atente-se que todos os títulos da Série Professor Mourão, à qual este material está indexado, acatam a ordem de exposição textual do Relatório de Pós-Doutorado, sequenciados de acordo com a numeração. Em 2020, sob titularidade da **Editora Kotev** (2018, Kotev©), este excerto foi revisado, masterizado e reconfigurado editorialmente. A edição atual do texto incorpora revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa e igualmente cautelas de estilo, repaginação normativa e ajustes de programação inerentes ao formato PDF. Enquanto documento, a presente edição reporta exclusivamente ao teor e considerações presentes no documento original da investigação. **Águas Doces de Angola: Base Teórico-Metodológica & Relações Internacionais** contou com a Assistência de Editoração Eletrônica e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Home-Page: www.harddesignweb.com.br. **Águas Doces de Angola: Base Teórico-Metodológica & Relações Internacionais** é um material gratuito, sendo vedada qualquer forma de reprodução comercial e igualmente, divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev** (Kotev©). A citação deste texto deve obrigatoriamente agregar referências ao autor e ao texto, conforme segue: WALDMAN, Maurício. *Águas Doces de Angola: Base Teórico-Metodológica & Relações Internacionais*. Série Professor Mourão Nº. 1. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). São Paulo (SP): Editora Kotev. 2020.

2 MAURÍCIO WALDMAN é jornalista, professor universitário, editor, consultor e antropólogo africanista, com graduação em Sociologia (USP, 1982), licenciatura em Geografia Econômica (USP, 1983), mestrado em Antropologia (USP, 1997), doutorado em Geografia (USP, 2006), pós-doutorado em Geociências (UNICAMP, 2011), pós-

doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013) e pós-doutorado em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015). O segundo pós-doutoramento do autor, *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, foi desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP), sob supervisão do Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, decano do conhecimento africanista brasileiro, pesquisa que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Waldman atuou como consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira na *Coleção Tecendo o Saber* (2003-2004), como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor colaborador nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Também desenvolveu palestras, cursos e conferências sobre África & Africanidades em dezenas de cidades brasileiras. Maurício Waldman responde pela autoria de 210 artigos, resenhas, projetos e textos científicos centrados no temário de África & Africanidades. Entre outros veículos de mídia impressa e eletrônica, os textos de Maurício Waldman foram publicados pela revista África (CEA-USP), Jornal Cultura (Luanda, Angola), revista Brasil-Angola Magazine (São Paulo), revista eletrônica Contemporartes (Curitiba) e Instituto Portal Afro (São Paulo). Waldman é autor de *Africanidade, Espaço e Tradição: A Topologia do Imaginário Espacial Tradicional Africano na fala griot sobre Sundjata Keita do Mali* (Revista África, coedição CEA-USP/Editora Humanitas, 1997-1998, Volume 20/21, pp. 219-268), *paper* considerado academicamente relevante pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), o mais influente centro de pesquisa mantido pelo governo francês (Cf. [Ficha Catalográfica](#)). Maurício Waldman também é coautor de *Memória D'África: A temática africana em sala de aula* (Cortez Editora, 2007), obra de referência no campo africanista brasileiro.

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Verbete Wikipedia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br.

3 Adota-se aqui o padrão de escrever com iniciais maiúsculas sempre que estivermos nos referindo ao acrônimo da disciplina *Relações Internacionais* e por *relações internacionais* quando o indicativo expuser sua expressão fenomênica.

4 Atente-se para os critérios técnicos referentes à água doce *colocando sob caução a fala coloquial que iguala água doce à água potável*. A água doce (*Freshwater*), tanto a presente na superfície do planeta (*Blue Water Flow*), quanto no subsolo (*Gray Water Flow*) ou no próprio organismo dos seres vivos (*Green Water Flow*), não pode, a despeito de qualquer sinonímia, ser classificada em função da quantidade de sais

nela dissolvidos. Isto porque a referência de salinidade não são propriamente os sais, mas sim, o teor de STD: Sólidos Totais Dissolvidos. Nesse particular, o critério mundial de classificação das águas considera como doce apenas a água que apresenta STD inferior a 1.000 mg/l, presente, geralmente, no corpo líquido dos rios, lagos e depósitos subterrâneos da Terra. Por sua vez, as águas classificadas como salobras, encontradas alojadas no subsolo e na faixa de transição entre os oceanos e os estuários dos rios, possuem STD entre 1.000 e 10.000 mg/l. Finalmente, as que apresentam índice superior a 10.000 mg/l, correspondem às águas salgadas, sempre associadas aos mares e oceanos (Ver a respeito REBOUÇAS, 2002: 1). Notar que essa definição restringe-se aos *sólidos em suspensão*, e que argumentar em termos de *potabilidade* é uma outra discussão (Vide WALDMAN, 2006a: 171-173). Indo direto ao ponto, para serem *potáveis*, além de apresentarem níveis baixos de STD, as águas devem estar isentas de microrganismos patogênicos e de substâncias orgânicas dissolvidas. *Portanto, convém distinguir água doce de água potável, pois se toda água potável constitui uma água doce, o contrário não seria obrigatoriamente verdadeiro* (Ver entre outros CAMARGO et PEREIRA, 2003: 49).

5 “Nesses discursos teóricos, não custa lembrar, os Estados nacionais são considerados atores unitários, capazes de formular políticas e concertar ações, uns com os outros, visando avançar seus interesses. Ao mesmo tempo, aos agentes econômicos, principalmente os grandes investidores e as empresas transnacionais, se atribui racionalidade e, por conseguinte, capacidade de interagir umas com as outras e com os estados nacionais” [...] “Ocorre que, como em alguns casos o aparelho de Estado é tomado” por um dos grupos economicamente (e, logo, politicamente) mais relevantes da sociedade, a definição dos interesses nacionais passa a servir não ao ‘bem comum’, mas aos interesses da elite que se apropria das agências burocráticas do Estado” (ROCHA, 2002: 203-204).

6 A palavra é um calco linguístico de origem alemã, significando concepção, *cosmovisão* ou *intuição de mundo*, podendo também ser traduzida como visão de mundo. Em todos estes casos se refere a um quadro de ideias e crenças através dos quais indivíduos, povos, grupos e etnias interpretam o mundo e com ele interagem.

7 Como nota o filósofo Ludwig Von Mises em *Kleines Lehrbuch des Positivismus* (Pequeno Manual do Positivismo, 1939, volume 7), relativamente à divisão e subdivisão das ciências: “Toda divisão e subdivisão das Ciências tem somente uma importância prática e provisória. Não é sistematicamente necessária e definitiva: ou seja, ela depende de situações externas nas quais cumpre o trabalho científico e a fase atual de desenvolvimento das disciplinas em particular. Os progressos mais decisivos tem amiúde origem num esclarecimento de problemas que encontram suas fronteiras em setores até agora tratados separadamente” (ABBAGNANO, 1991: 169).

8 “No século XX, particularmente na segunda metade deste, a unificação das descobertas científicas, ainda que tenha iniciado no século anterior, juntamente com o desenvolvimento da epistemologia e a ruptura das fronteiras estabelecidas pela

complexidade das áreas do conhecimento, crescentemente conduziu cientistas e filósofos a considerarem a unidade essencial de vários campos e temas científicos” (HAINAUT, 1986: 3).

9 Daí que, mais do que encetar uma taxonomia das teorias de RI, cabe revelar o alcance explicativo, e mais ainda, a projeção interpretativa, de cada discurso teórico (ROCHA, sem data: 5).

10 Para o geógrafo Milton Santos, a inércia especial refere-se à capacidade das obras humanas revivificarem, induzirem e /ou manterem processos e dinamismos do espaço habitado, onde as formas antigas amparam o surgimento das novas (*passim* SANTOS, 1988 e 1978).

11 A noção de *valor*, via de regra confundida com o conceito de *preço*, constitui uma das grandes polêmicas da economia, recolocada criticamente pela corrente da economia ecológica, principalmente como resposta aos que pretendem uma precificação dos bens naturais. No saber de Joan Martinez ALIER, temos que: “A distinção realizada pelos gregos (como na Política de Aristóteles) entre *oikonomia* (a arte do aprovisionamento material da casa familiar) e a *crematística* (o estudo da formação dos preços de mercado, para ganhar dinheiro), entre a verdadeira riqueza e os valores de uso por um lado e valores de troca, de outro, é uma distinção que hoje parece irrelevante porque o aprovisionamento material parece dar-se, sobretudo, através de transações comerciais, existindo, portanto, uma aparente fusão entre a crematística e a *oikonomia*” (2011: 52).

12 A diplomacia (do grego *δίπλωμα*, derivado de *ίπλο*, significando dobrado em dois, somado ao sufixo *μα*, referencia a algo material), consistia num documento oficial, no qual figuravam instruções específicas às missões de enviados especiais aos poderes estrangeiros. Desde seus primórdios, regras protocolares preservavam imunidades a negociadores que por definição, regulavam processos decisórios recheados de antagonismos e contradições, sistema que se consolida em tempo corrente com a soberania estatal e as prerrogativas com ela associadas, dentre estas, a de concertar consensos com outros Estados (Vide DEVIN: 2009: 75-85).

13 Atenhamo-nos ao que é ponderado: “Ole Waeber considera a existência de três paradigmas: *Realismo*, *Pluralismo/Interdependência* e *Marxismo/Radicalismo*. Graham Evans e Jeffrey Newham elencam sete: *Realismo*, *Behaviorismo*, *Neorealismo*, *Neoliberalismo*, *Teoria do Sistema Mundial*, *Teoria Crítica* e *Pós-Modernismo*. Charles Kegley e Eugene Wittkopf enumeram seis: *História Imediata*, *Liberal Idealismo*, *Realismo*, *Behaviorismo*, *Neorealismo* e *Neoliberalismo*. Robert Jackson e Georg Sorensen enumeram quatro paradigmas: *Realismo*, *Liberalismo*, *Sociedade Internacional* e *Economia Política Internacional*. Por fim, para Hedley Bull são três paradigmas: *Hobbesiano* ou *Realista*, *Kantiano* ou *Universalista* e *Grotiano* ou *Internacionalista*. Valeria observar que tal listagem poderia ser dilatada, adereçando traços ainda mais dessemelhantes na iminência de serem evocados outros teóricos” (GONÇALVES, 2003a: 15-16).

14 Nos escritos de Thomas Kuhn, paradigma (do grego *παράδειγμα*: padrão, modelo ou exemplo), está embasado em dois significados de base: *matriz disciplinária* e o de *crenças compartilhadas por um grupo*. Entretanto, na obra de Kuhn é possível identificar vinte e duas interpretações adicionais do conceito (ABBAGNANO, 2010: 792).

15 “A noção de paradigma não pode ser derivada da história particular de uma ciência ou de uma descoberta feliz de um cientista caprichoso e genial. A noção de paradigma pertence à história e se impõe ao mesmo tempo em que os movimentos históricos de fundo” (SANTOS, 1978: 160).

16 O liberalismo recebe outras denominações, tais como liberal-idealismo e pluralismo.

17 A proposta de paz endossada pela Liga ou Sociedade das Nações filia-se aos famosos Quatorze Pontos defendidos pelo Presidente Woodrow Wilson dos EUA na mensagem enviada ao Congresso norte-americano em 8 de janeiro de 1918. Como se sabe, a Liga não teve sucesso em posicionar a paz no transcorrer da reorganização das relações internacionais no período entreguerras. Entretanto, a ideia da segurança coletiva universal, que oferece uma visão de ordem, de estabilidade e de permanência, está no cerne da Organização das Nações Unidas (ONU), certamente de maneira muito mais nítida e estruturada do que na finada Sociedade das Nações (AZAMBUJA, 1995).

18 Ao findar da terceira década do século passado, a descomunal crise sociopolítica, o enfraquecimento das classes financeiras, o favorecimento de medidas protecionistas, o avanço da extrema direita na Europa, o firmamento do regime soviético e o descrédito escancarado da Liga das Nações, abalariam as tentativas de aprumação internacional, mediadas por negociações multilaterais baseadas na lei. Irreversivelmente, ascenderia no plano internacional a prevalência dos interesses nacionais, a serem defendidos eventualmente com o uso da força (*apud* ARRAES, 2005: 328).

19 Dados de 2013 divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), consorciados a levantamentos da AFRO-CHAMBER, 2013; IPEA-WB, 2012: 93-101 e Web info Terra *Economia: Comércio entre Brasil e África cresce 416% em 10 anos* (edição de 06-06-2013, acesso: 14-10-2013).

20 O jargão econômico reconhece como *commodities* produtos *in natura*, oriundos da agropecuária ou da extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de qualidade, compreensão esta que incluiria a água em seu *stricto sensu*.

21 Dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

22 A engenharia brasileira precisou demonstrar criatividade em enfrentar uma variabilidade geográfica atinente a um quadro natural amplificado pelas próprias dimensões continentais do país. Variações de clima e do débito fluvial, restrições

ambientais, relevo caracterizado por ondulações e desníveis altimétricos, dificultadas por imposições da geomorfologia e da topografia locais, induziram capacitação que autoriza pleno desempenho às empreiteiras nacionais em qualquer parte do mundo (apud GARRIDO, 2007: 68).

23 Na última década, a exportação de serviços de tecnologia de informação (TI), construção e de engenharia multiplicou-se com desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A explosão de participação em projetos no exterior por empresas brasileiras foi secundada com a expansão da ordem de 1.185% do financiamento entre 2001 e 2010, passando de US\$ 72,897 milhões para US\$ 937,084 milhões. Embora a movimentação de ativos esteja bastante aquecida, entenda-se que as planilhas oficiais não rastreiam totalmente a dimensão do aporte econômico promovido pelas empreiteiras brasileiras. Muitos dos investimentos diretos são feitos a partir de lucros auferidos no exterior (não internalizados pelas empreiteiras), ignorados pelas estatísticas e, portanto, subavaliando o valor real da exportação de serviços (SILVA, 2011).

24 Dentre as objeções constam as de ordem cambial (valorização do real diante das moedas fortes do comércio internacional, tais como o dólar, o euro e o yen), combinadas com barreiras técnicas, ambientais e sanitárias adotadas pelos países centrais e por fim, a retirada de benefícios promovidos pelo Sistema Geral de Preferências (SGP), facilitador do acesso dos mercados externos pelos produtos brasileiros. Mecanismo tarifário preferencial idealizado no âmbito da UNCTAD com base na lógica cepalina, o SGP foi preconizado pelo economista argentino Raul Prebisch, de modo tal que mercadorias de países em desenvolvimento pudessem ter acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos, em bases não recíprocas, superando-se, dessa forma, o problema da deterioração dos termos de troca e facilitando o avanço dos países beneficiados nas etapas no processo de desenvolvimento (Cf. MENDES, 2013: 15-17).

25 O país, que corresponde a aproximadamente 5% da população do continente, controla em torno de 17% do Produto Nacional Bruto total africano. Além do seu extraordinário acervo mineral, a RSA é uma poderosa economia industrial e agrícola. Compõe com Brasil, Federação Russa, Índia, China E África do Sul, o grupo dos BRICS, formado por economias emergentes interessados em consensar políticas de complementaridade econômica.

26 *Magreb* procede de *Al-Maghrib*: المغرب, Poente ou Ocidente, abarcando as extensões definidas pela geografia europeia como Oriente Médio. No imaginário espacial árabe, tanto o *Magreb* quanto o *Machrek* consistiriam em “ilhas”: terras habitadas cercadas por regiões áridas. Especialmente, o *Magreb* incluiria, com ressalvas de um autor para outro, os hodiernos Marrocos, Argélia, Tunísia, Saara Ocidental, Mauritânia e a Líbia. Todos esses países, com consistente histórico de conexões com o Mediterrâneo, sedimentam longa interlocução histórica, cultural e geográfica com os países ao Sul do Saara.

27 Etimologicamente, *Machrek*: مشرق, significa Levante ou Oriente. Contrapondo-se a *Magreb*, Ocidente, esse espaço compreende o Egito, países levantinos, toda península arábica, Mesopotâmia, Iran, Ásia Central e adjacências da Grande Diagonal Árida. Nos estudos em geopolítica, mostra-se certa preferência pelo topônimo *Machrek*, pois é considerado preferível a *Oriente Médio*, termo que somente se justificaria se pensarmos uma região situada na “metade” ou a “meio caminho” entre a Europa e a Índia, o que denuncia uma visão eurocêntrica (WALDMAN *et alli*, 2007: 103).

28 Espaço também grafado como África D’Oeste. Demarque-se aqui a influência de Dakar, metrópole que magnetiza vastas seções da África Ocidental.

29 Há também o caso de países que em certos contextos projetam uma influência que pode, ao sabor das oscilações geopolíticas, retrair-se para uma situação de ator menor na arena política interestatal. Pois então, seria imperioso recordar que a Líbia rotineiramente constou nas listagens dos países líderes da última década. Porém, o fim do regime de Muammar Al-Gaddafi (2011), torna uma incógnita a continuidade desta desenvoltura na diplomacia africana e mundial.

30 Nessa pontuação se intercalam aditamentos próprios da hidrologia, mas igualmente, um rol de complexidades que atam a questão dos recursos hídricos à dos resíduos sólidos e matriz energética (Cf. WALDMAN, 2013a. Ver também ROSA, 2011).

31 “E então foram descobertos o *sal* e o *ferro*, talvez os primeiros artigos largamente procurados em um comércio de diferentes povos, pelo que os povos foram levados pela primeira vez a uma relação pacífica uns com os outros e assim, à compreensão de uma comunidade e da relação pacífica uns com os outros, mesmo com os mais distantes” (KANT, 2008: 46-47).

32 A prática de manter missões regulares e permanentes expandiu-se consideravelmente a partir do término da Guerra dos Trinta anos e mais recentemente, com o incremento da participação de representantes diplomáticos em cúpulas, congressos e conferências regionais e internacionais (Vide DEVIN, 2009: 75-77).

33 Semanticamente um galicismo, a expressão “Razão de Estado” tinha praticamente desaparecido da literatura versando sobre as relações entre os Estados no final do Século XVIII. *Mas, embora ausente, não estava esquecida*. Deste modo, reaparece em meados do Século XIX sob um novo rótulo em alemão vernáculo: *realpolitik*, um termo que assecuradamente, se impõe numa obstinada rejeição ao idealismo liberal (Cf. HASLAM, 2006: 303-305).

34 Porém, convém não esquecer que tanto a URSS quanto os EUA, *constituíam duas espécies de um mesmo gênero de sociedade industrial*, ensejando ao longo dos anos 70-90, um esforço cooperativo. Tal homologia justificaria que a antiga bipolaridade assumisse a forma da *detente* (distensão), uma nova política de coexistência pacífica consolidando o que poderia ser chamado de Sistema II da ONU, no qual as duas superpotências assumiram, em conjunto com a maioria dos membros do Conselho

de Segurança da entidade, uma pauta convergente de interesses, defendida em nome da paz mundial (*apud* LAFER, 2011: 70).

35 Essa situação dos EUA no tabuleiro das relações internacionais ensinaria, a partir da dominância estratégico-militar deste país, um sistema internacional *tendendo* para a unipolaridade. Porém, a hegemonia norte-americana é questionada pela erosão do seu empreendedorismo no campo econômico, sem contar a gestação de outros cenários que poderiam estar novamente remetendo para a multipolaridade, agora em matrimônio com o regionalismo (Cf. SANTOS, 1999b: 10-11).

36 A título de comentário adicional, *nação* posicionaria o debate nos marcos de uma discussão clássica que entre os juristas, está centrada no direito das gentes, *jus gentium*, entronizada tanto como fonte normativa quanto por constituir fato jurídico por excelência. Assim, independentemente das oscilações na capacidade de projetar personalidade jurídica internacional, o direito das gentes tem apresentado contumácia enquanto *paradigma ético* do direito internacional (Cf. BARRETTO, 2010: 150-153).

37 Sucintamente, por *ator* estamos nos referindo ao agente que participa das relações internacionais, que numa apreensão contemporânea incluiria, além do Estado, empresas, entidades supranacionais, movimentos sociais, organizações não-governamentais, etc. Reconhece o cientista político Guillaume DEVIN, “a noção de ator por muito tempo esteve reservada unicamente aos Estados. O crescimento do número de organizações internacionais e fenômenos transfronteiriços, somado a uma visão menos reificada do Estado, tem complexificado a representação do sistema internacional, muito embora as múltiplas abordagens resultantes desse processo possam ser vistas como concorrentes, porém não exclusivas” (2009: 21. Ver também detalhamento na identificação dos atores in DEVIN, 2009:21-34).

38 Para Williams GONÇALVES, as definições de realidade das relações internacionais são múltiplas, pelo que a pauta das RI abarcaria dentre outras preocupações, as que seguem: paz e guerra; armas nucleares e desarmamento; imperialismo e nacionalismo; as relações assimétricas entre sociedades ricas e sociedades pobres; preservação do meio ambiente; combate ao narcotráfico; combate ao terrorismo internacional; defesa dos direitos humanos; influência das instituições religiosas; organizações internacionais; processos de integração regional; formação e fragmentação dos estados; comércio e ação das corporações multinacionais; raça e gênero em todo o mundo; desenvolvimento e transferência de tecnologia; globalização (Cf. 2003a: 10-11).

39 Manifestadamente, as EMN têm despontado como pilares da economia mundial. Nos anos 1970, eram contabilizadas 7.000 EMN. Quarenta anos após, em 2010 existiam 78.000 EMN (Vide DEVIN, 2009: 42).

40 Note-se que tal desaprovação evoca a pactuação presente na voz de teóricos neo-realistas como Kenneth Waltz, para os quais, o *sistema internacional* subentende um conjunto de interações entre os atores, sendo distinto de estrutura internacional, que define o arranjo ou o ordenamento das partes do sistema.

Entretanto, independentemente desta diferenciação, ambos estariam sujeitos à anarquia como princípio geral (DEVIN, 2009: 38; NOGUEIRA et MESSARI, 2005: 42-46).

41 Na vereda das narrativas teóricas, atente-se para o modelo do *Dilema do Prisioneiro*. Originalmente trabalhado por matemáticos nos haveres da Teoria dos Jogos, mais tarde difundindo-se nas ciências sociais, cabe a ele menção obrigatória. Tendo a interação por enunciado básico, o *Dilema do Prisioneiro* elucida as perplexidades paradoxais do pensamento racional. O *Dilema do Prisioneiro* expõe as possibilidades inerentes a um impasse no qual interagem dois protagonistas visando obter uma saída vantajosa em uma situação de tensão. Essa pode ser de molde *free rider*, isto é, às expensas do outro protagonista ou então, *chicken model*, investindo o conflito de caráter funcional enquanto plataforma para obtenção de equilíbrio. No segundo caso, a estratégia pressupõe a adoção de uma postura firme, subentendendo a ameaça do castigo, por essa via conduzindo a um resultado mais favorável, cooperativo, diferente de simplesmente tolerar as sequelas do *free rider*. Substantivamente, o *Dilema do Prisioneiro* questiona noções lineares sobre cooperação e conflito, indicando que a partir da contraposição aberta, é possível forçar a cooperação do outro ator (Cf. DEVIN, 2009: 66-68).

42 Identicamente a muitas outras expressões que transitam no discurso dos especialistas em RI, integração está plotada na circunscrição do inédito: de acordo com Oxford English Dictionary, o termo foi indexado ao léxico britânico numa época historicamente recente, datado na forma escrita tão somente em 1620.

43 Infira-se: a existência de uma mundialização colocada sob a égide da economia de mercado não permite respaldar introjeção historicamente negadora de um Pós-II Guerra Mundial consubstanciando duas Divisões Internacionais do Trabalho: uma relativa ao mundo capitalista e outra referente aos antigos países socialistas.

44 No vernáculo grego, *οικονομία* (*oikonomia*), deriva de *οἰκονόμος*, significando ordem da casa, gerenciamento do espaço de vida, qual seja, a economia. Caberia arguir que o termo *νόμος* (*nomos*, origem do sufixo *nomia*), distingue convenções, costumes e tradições humanas de um lado e a natureza (*φύσις*, *physis*), de outro. Disso decorre que economia se traduz como uma *regulação material* voltada para satisfazer demandas de povos, grupos e/ou das sociedades humanas (Cf. WALDMAN, 2013a).

45 As terminologias *fixos* e *fluxos* correspondem a conceituações elaboradas por Milton Santos ao longo da década de 1970. Ambas operam enquanto estacas epistemológicas para a definição de espaço construída por esse geógrafo, vistas como uma relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, no seio dos quais os fixos e os fluxos se mantêm em interação permanente: “Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica [...] Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS, 1999: 50).

46 Tal inferência transparece nitidamente nas alterações que imprimiram novo rumo a determinados *affaires d'États* como os serviços de inteligência. Com efeito, a ação dos serviços especiais de inteligência, que eram prioritariamente militares durante a Guerra Fria, voltou-se mais significativamente para a economia e as finanças a partir dos anos 1990. A informação privilegiada do campo econômico tornou-se essencial ao ambiente de segurança dos Estados (DEVIN, 2009: 103-105).

47 Trata-se da Tarifa Externa Comum: TEC. Especificando melhor, as alíquotas dos impostos de importação aplicadas em relação às nações que não pertencem à união aduaneira, serão as mesmas para todos os países-membros (MENDES, 2013: 52).

48 No *desvio de comércio* (*trade diversion*), a alocação dos recursos se torna menos eficiente e a produção, se afasta do padrão sugerido pelas vantagens comparativas, cedendo lugar às importações de baixo custo provenientes de um país terceiro não membro do bloco econômico. Teríamos então uma integração passiva ou negativa, que não subsidia a união econômica. Contrariamente, a *criação de comércio* (*trade creation*) amplia o bem-estar tanto para a produção, através de melhor alocação dos recursos com base nas vantagens comparativas, quanto no do consumo, pois os consumidores são beneficiados pela permuta de fontes mais caras por outras mais baratas, provenientes da mesma área de integração econômica.

49 Participavam da CEEA a França, Itália, República Federal da Alemanha (RFA) e a união aduaneira do BENELUX (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo).

50 A SACU foi estabelecida em 1910 entre a finada União Sul-Africana e a Alta Comissão dos Territórios da Bechuanalândia, Basutolândia e Suazilândia, países que naquele momento, estavam sob a tutela colonial britânica.

51 Tenha-se em pauta que num prisma histórico, a economia sempre esteve submersa nas relações sociais e não o contrário. Mesmo a instituição novicentista do liberalismo econômico, equiparada ao mercado autorregulador, conceito legitimador da “autonomização” da economia frente as demais nuances da vida social, é ela mesma uma regulação que ganha vida a partir de influentes desígnios sociais, que tutelaram sua irrupção no mundo ocidental (Ver a esse respeito POLANYI, 2000).

52 Este texto faz uso da noção de concrecência tal como elaborada pelo filósofo Alfred North Whitehead (1861-1947). O conceito, proposto enquanto uma evolução criadora do processo de *concreção* tem, na adição simultânea dos aspectos físicos e espirituais, indissolúvelmente irmanados e ativos entre si, seu nexu epistemológico fundante (ABBAGNANO, 2010: 204).

53 Acrônimo de *Nigéria* e de *Hollywood*, *Nollywood* perfaz hoje em dia o segundo polo cinematográfico global, tão só ultrapassado por *Bollywood*, na Índia, centros de produção de películas que desde há muito, deixaram Hollywood para trás.

54 A imagem do Estado como “bola de bilhar” é uma conhecida metáfora criada no seio da escola realista das RI (NOGUEIRA *et* MESSARI, 2005: 25). Por analogia à mesa de sinuca, o sistema internacional estaria povoado por atores unitários, racionais, impermeáveis e monolíticos (justamente as bolas de bilhar), representando o Estado enquanto um núcleo duro cujos movimentos obrigatoriamente levam a colidir-se

com os demais Estados. Partindo do princípio do Estado como bloco, essa noção restringiria as relações internacionais à chamada “alta política”, a qual tendo por baliza a competição perpétua interestatal, logo, relega as motivações econômicas e sociais a uma condição acessória, privadas da capacidade de interferir no rumo dos acontecimentos. “A questão da relação de forças entre Estados, ou de qualquer outra unidade política, está, por conseguinte, no centro das análises realistas. É dessa relação de forças que nasce o desencadeamento do conflito, mas que se também se impõem as condições de paz” (DEVIN, 2009: 23).

55 Etimologicamente, comunidade é oriunda de *communitas*, *communitatis*, que pertence ao público, é comum a todos. Portanto, em última análise, está relacionado com algo que é partilhado por várias pessoas, unidas, exatamente, a partir desse elemento cultural, político, social e comum” (BARRETTO, 2010: 105).

56 Subscritando: Émile Durkheim, embora invertendo as atribuições de cada termo, recorre ao trabalho de Tönnies para conceituar o que definiu como solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

57 Para Tönnies, *Gemeinschaft* representava o passado, a aldeia, a família, o calor. Tinha animação afetiva, era orgânica, lidava com relações locais e com interação. As normas e o controle davam-se por meio da união, do hábito, do costume e da religião. Seu círculo abrangia família, aldeia e cidade. O conceito de *Gemeinschaft* também intui a noção de “comunidade de destino” forjada por Tönnies conotando um espaço de sociabilidade calcado na atuação solidária dos seus participantes, nele compartilhando benefícios e desventuras. Já *Gesellschaft* era a frieza, o egoísmo, fruto da calculista modernidade. Sua motivação era objetiva, era mecânica, observava relações supralocais e complexas. As normas e o controle davam-se através de convenção, lei e opinião pública. Seu círculo teria por estacas, a metrópole, nação, Estado e o Mundo (*apud* RECUERO, 2001).

58 *Cenário internacional* é expressão filiada umbilicalmente ao conhecimento geográfico, ou com mais apuro, geopolítico. Pensando-se que os fatos do poder têm uma dimensão espacial, o cenário internacional necessariamente materializa um espaço onde se desenvolvem as relações internacionais. Naturalmente, a partir deste pressuposto espacial, pressupõe igualmente um desempenho temporal a conotar dada situação internacional. Acautele-se que embora a realidade internacional apenas se concretize diante da realidade geográfica, esta obviamente não esgota a avaliação das relações internacionais (RODRIGUES, 2009: 17; SUANO, 2005: 258; *passim* CLAVAL, 1979).

59 Em linhas gerais, *papel* prefigura função *admitida* discriminando como determinado ator interage no cenário internacional. Grafamos *admitida*, pois cada internacionalista, na dependência de sua opção teórico-metodológica, pode distintamente valorar o papel de cada ator, emprestando-lhe maior ou menor importância (*apud* RODRIGUES, 2009: 17).

60 “A ciência só seria objetiva caso o sujeito pudesse sair de si mesmo e ver-se de fora” [...] “Aliás conceito, material básico do trabalho científico, vem

etimologicamente de concepção, ou seja, tem pais; assim como não há filho objetivo, não pode haver ciência objetiva” (DEMO, 1981: 19-20).

61 “A explicação para muitos dos fenômenos correspondentes a uma dada ciência, é muitas vezes encontrada fora do âmbito dessa ciência [...] Em outras palavras: se ficarmos confinados à sociologia para explicar o que se chama fato social: à economia para compreender os fenômenos econômicos; à geografia, para interpretar as realidades geográficas, acabamos na impossibilidade de chegar a uma explicação válida. Não há porque temer a invasão do campo do outro especialista” (SANTOS, 1978: 101).

62 O termo estereotipia procede do grego estéreo, que significa sólido. Neste sentido, estereotipia corresponderia ao um contexto pelo qual conceitos imaginários conquistam concrecência. Em outras palavras: passam a integrar os modos de percepção das pessoas, auferindo com isso a condição de realidade.

CONHEÇA A SÉRIE PROFESSOR MOURÃO



<http://mwtextos.com.br/serie-professor-mourao/>

CONHEÇA A SÉRIE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



<http://mwtextos.com.br/>



Os debates sobre o continente africano constitui um dos pilares centrais de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com RELAÇÕES INTERNACIONAIS, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO POPULAR, ANTROPOLOGIA E GEOGRAFIA.

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:
<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:
atendimento@kotev.com.br